



O TURISMO NA PAISAGEM CULTURAL DE SINTRA

Dissertação de Mestrado em Turismo,

Especialização em Gestão Estratégica de Destinos Turísticos

Orientador:

Professor Doutor Luís Boavida-Portugal

Marta Gonçalves de Almeida Duarte

Novembro 2010

ESCOLA SUPERIOR DE HOTELARIA E TURISMO DO ESTORIL

O TURISMO NA PAISAGEM CULTURAL DE SINTRA

Dissertação apresentada à Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril

para a obtenção do grau de Mestre em Turismo,

Especialização em Gestão Estratégica de Destinos Turísticos

Orientador:

Professor Doutor Luís Boavida-Portugal

Marta Gonçalves de Almeida Duarte

Novembro 2010

ÍNDICE GERAL

ÍNDICE GERAL	1
ÍNDICE DE FIGURAS	3
ÍNDICE DE GRÁFICOS	4
ÍNDICE DE TABELAS	5
LISTA DE ABREVIATURAS	6
RESUMO	8
ABSTRACT	9
INTRODUÇÃO	10
I. TURISMO E PATRIMÓNIO CULTURAL	13
1.1. Conceito de Turismo	13
1.1.1. Turismo Cultural	17
1.2. Evolução do Conceito de Património	19
II. SINTRA, PATRIMÓNIO DA HUMANIDADE	23
2.1. O Concelho de Sintra	23
2.2. Candidatura de Sintra a Património da Humanidade	32
2.2.1. Critérios verificados em Sintra	36
2.3. A Paisagem Cultural de Sintra: Avaliações da UNESCO	38
III. O PLANO DE GESTÃO	46
3.1. Origem dos Planos de Gestão	46
3.2. Acções para o desenvolvimento turístico na Paisagem Cultural de Sintra	49
3.3. Gestão do Património: a empresa Parques de Sintra – Monte da Lua, SA	55
3.3.1. Ano 2006	56

3.3.2. Ano 2007	59
3.3.3. Ano 2008	63
3.3.4. Anos Seguintes	66
CONCLUSÃO	71
BIBLIOGRAFIA	74
ANEXOS	79

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 – Mapa Parque Natural Sintra - Cascais	24
Figura 2 - Planta de Implantação e respectiva Zona Especial de Protecção	36
Figura 3 - Logótipo da marca “Sintra, Capital do Romantismo”	52
Figura 4 – Anúncios de Imprensa	53
Figura 5 – Postais desenvolvidos pela PSML	68
Figura 6 – Cursos desenvolvidos nos parques	69

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Turismo Internacional: Chegadas	15
Gráfico 2 - Entradas de Turistas Estrangeiros em Portugal (milhões)	16
Gráfico 3 - Volume de Viagens de <i>Touring</i> dos europeus (1997-2004), em milhares	19
Gráfico 4 - Execução Orçamental: Património Histórico-Cultural	26
Gráfico 5 - Execução Orçamental: Turismo	27
Gráfico 6 - Estada Média em Sintra	30
Gráfico 7 - Alojamento Tradicional	31
Gráfico 8 - Capacidade de Alojamento (2006 – 2010)	31
Gráfico 9 - Proveitos Operacionais vs. Investimento e Custos Operacionais, em euros	56
Gráfico 10 - Variação das Visitas 2006 - 2007 (%)	61
Gráfico 11 - Turismo em Sintra: Visitas em 2008	65
Gráfico 12 - Evolução das Visitas	67

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1 - Função Económica: Comércio e Turismo	29
Tabela 2 - Dormidas no concelho de Sintra	29
Tabela 3 - Cultural Landscapes (1992 - 2005)	38
Tabela 4 - Evolução do Passivo da PSML	55
Tabela 5 - Inclusão na PSML	60
Tabela 6 - Evolução das Receitas Operacionais, em euros (2006-2008)	63

LISTA DE ABREVIATURAS

AGRO – Programa Operacional de Agricultura e Desenvolvimento Rural

APAVT – Associação Portuguesa de Agências de Viagem e Turismo

ATL – Associação de Turismo de Lisboa

CA – Conselho de Administração

CMS – Câmara Municipal de Sintra

DL – Decreto – Lei

EEA – European Environment Agency

GOP – Grandes Opções do Plano

ICN – actual **ICNB** - Instituto de Conservação da Natureza e Biodiversidade

ICOMOS - International Council on Monuments and Sites

IGESPAR (substituiu o IPPAR) - Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico

IMC – Instituto dos Museus e Conservação

INE – Instituto Nacional de Estatística

IPPAR - Instituto Português do Património Arquitectónico

IUCN - International Union for Conservation of Nature

MICE – Meeting, Incentives, Conventions and Exhibitions

OMT - Organização Mundial do Turismo

ONU – Organização das Nações Unidas

PENT – Plano Estratégico Nacional do Turismo

PCS – Paisagem Cultural de Sintra

PGI – Património Gera Inclusão

PGPCS – Plano de Gestão da Paisagem Cultural de Sintra

PIB – Produto Interno Bruto

POA – Programa Operacional do Ambiente

PNSC - Parque Natural Sintra – Cascais

POPNSC – Plano de Ordenamento do Parque Natural Sintra – Cascais

PRACE – Programa de Reestruturação da Administração Central do Estado

PSML - Parques de Sintra – Monte da Lua, SA

TIC's – Tecnologias de Informação e Comunicação

TP – Turismo de Portugal

RESUMO

A presente dissertação tem como objectivo estudar alguns aspectos do Turismo em Sintra, mais especificamente no âmbito da gestão da Paisagem Cultural, designada Património da Humanidade pela UNESCO.

Para contextualizar esta investigação, torna-se relevante desenvolver os conceitos de turismo, turismo cultural e património, seguidos de uma análise ao concelho de Sintra, dos critérios que justificaram a candidatura da área em questão a Património da Humanidade e ainda das avaliações efectuadas pela UNESCO desde a sua entrada na Lista.

Com este trabalho pretende-se dar a conhecer as acções empreendidas com vista ao desenvolvimento turístico na Paisagem Cultural de Sintra, não esquecendo o plano de gestão, nem as actividades que a empresa Parques de Sintra – Monte da Lua, SA tem vindo a desencadear com o intuito de atrair mais visitantes a Sintra.

ABSTRACT

The main purpose of this dissertation is to analyze some of the fundamental aspects of tourism in the Sintra touristic region, particularly the Cultural Landscape management, which was given the status of World Heritage by UNESCO.

The definition of some basic concepts, such as tourism, cultural tourism and heritage, are of extreme importance in what concerns to the contextualization of this research project. Equally important, is the study of the Sintra County, the criteria that allowed its application to World Heritage and the evaluation reports to which UNESCO has submitted it since its acceptance in the list.

This work intends to explore and to give notice of, not only the group of measures undertaken aiming the touristic development in Sintra's Cultural Landscape, but also the management plan as well as the activities promoted by the company Parques de Sintra – Monte da Lua, which are expected to attract more visitors to Sintra.

INTRODUÇÃO

Ao reflectir sobre o tema para a elaboração do trabalho final de Mestrado, as dúvidas nunca recaíram sobre o local a estudar. A cultura presente em cada esquina, de mãos dadas com o romantismo e misticismo a que ninguém pode ficar indiferente, foram os motivos primordiais que levaram à escolha de Sintra. Estas características, aliadas ao fascínio pelo turismo cultural, começaram, assim, a delinear o rumo desta investigação.

Reconhecendo-se, contudo, a insuficiência destas referências e o muito que já se escreveu e pesquisou sobre Sintra e os tipos de turismo que ali se praticam, sendo esta vila o sítio classificado como Património da Humanidade mais próximo de Lisboa, resolveu-se enveredar pelo levantamento e impacto dos modelos de gestão na Paisagem Cultural de Sintra.

Esta dissertação pretende, pois, acompanhar o potencial de crescimento do turismo em Sintra, com base nas acções desenvolvidas pela Câmara Municipal de Sintra (CMS) e pela empresa Parques de Sintra – Monte da Lua, SA (PSML), tentando simultaneamente compreender o posicionamento da *United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization* (UNESCO) face a este sítio, e distinguir os efeitos que a antiga e nova gestão - CMS e PSML respectivamente - incutiram nas acções e objectivos desenvolvidos em prol da área classificada.

Como ponto de partida para a elaboração deste trabalho, analisou-se a informação disponível no portal da CMS relativa ao Património da Humanidade. Porém, para melhor compreender qual o impacto no número de visitas, efectuar-se-á um enquadramento geral do turismo, introduzindo alguns conceitos - chave sobre a cultura e o património, na vertente do turismo cultural, obtidos em referências bibliográficas, legislação e Turismo de Portugal (TP).

No segundo capítulo pretende-se dar a conhecer o concelho onde se centra o estudo: Sintra. As suas características muito próprias serão avaliadas através de uma investigação sobre alguns indicadores económico-financeiros da CMS, onde interessará compreender os montantes dispendidos nos sectores do turismo e do património histórico-cultural.

Abordando as dinâmicas do turismo no concelho de forma mais exaustiva, importará entender o perfil do turista que visita Sintra, o qual se baseará numa análise assente no

estudo do Plano de Desenvolvimento Turístico, elaborado pela Divisão de Turismo de Sintra em 1992. Sendo o turismo cultural aquele que mais se destaca nesta região, interessa também enquadrar o visitante - tipo caracterizado no Plano Estratégico Nacional do Turismo (PENT).

Com o desenrolar da pesquisa e, acrescentando às informações disponíveis nestes planos os estudos do Instituto Nacional de Estatística (INE), procederemos a um levantamento das dormidas, estada média e capacidade de alojamento da última década.

Como o objectivo geral decorre da Paisagem Cultural de Sintra (PCS), procuramos dar a conhecer os critérios que levaram a UNESCO a incluir Sintra na Lista Património da Humanidade em 1995. Serão aprofundados os pressupostos da sua classificação (*Advisory Body Evaluation*), e também as decisões encontradas no *site* da UNESCO, dirigidas à PCS, relativas ao período 2000-2008.

As pesquisas iniciais que envolveram a escolha deste tema perceberam a existência de um plano de gestão para a PCS (PGPCS). Desta forma, no último capítulo da dissertação abordaremos a criação deste tipo de plano, e quais as medidas e entidades que se têm associado ao desenvolvimento deste projecto. Para isso, será necessário cruzar a informação disponibilizada pela CMS e pela empresa PSML que, desde 2007 gere o património inserido na PCS.

Assim, serão examinados os relatórios e contas dos exercícios de 2006, 2007 e 2008 da PSML, bem como o documento elaborado por esta empresa justificando o estado de conservação da PCS, e a sua relação directa com a UNESCO, disponibilizando-se, ainda, o programa onde são patentes os objectivos da visita ocorrida no início de 2010.

Com base neste plano de estudo, pretende-se apurar quais as acções de promoção turística levadas a cabo em Sintra, ao nível da divulgação, dos programas e das iniciativas e o seu contributo para o aumento de visitas e dormidas no concelho.

Interessa também observar os aspectos que tornaram necessária a criação de um PGPCS, gerido pela CMS, e a forma como a sua execução foi interpretada pela UNESCO.

Por fim, procuram-se as razões para a constituição da empresa PSML, e se a sua dedicação exclusiva à gestão da PCS, corresponde às expectativas de cumprimento dos requisitos impostos pelo reconhecimento desta área como Património da Humanidade.

I. TURISMO E PATRIMÓNIO CULTURAL

*“Há um tempo em que é preciso abandonar as roupas usadas,
Que já têm a forma do nosso corpo
E esquecer os nossos caminhos que nos levam sempre aos mesmos lugares.
É tempo da travessia
E se não ousarmos em fazê-la
Teremos ficado para sempre
À margem de nós mesmos”*

Fernando Pessoa (1838-1935) in, “Tempo de Travessia”

1.1. Conceito de Turismo

Intangível, podendo apenas ser observado e vivido no acto do consumo, o turismo “surge como em razão da existência prévia do fenómeno turístico, que é um processo cuja ocorrência exige a interacção simultânea de vários sistemas” (Beni, 2002, pp.18).

Goeldner e McIntosh (1990) estabeleceram o conceito mais usual de turismo, analisando-o como a soma de fenómenos e relações resultantes da interacção entre turistas, empresários do sector, autoridades locais e comunidades de acolhimento, onde o turista é o indivíduo que viaja por razões extra-trabalho.

Investigando brevemente a história do turismo, esta remonta à Grécia por altura do século VII A.C., com os Jogos Olímpicos, em que uma pequena parte da sociedade viajava por diletantismo, comércio e descoberta. Já nos séculos XV e XVI, as viagens transoceânicas de procura de um “novo mundo”, bem como o Renascentismo italiano, reforçavam a necessidade das viagens com vista ao estudo das artes, ciências e letras.

Porém, o conceito de turismo surge com a *Grand Tour*, na segunda metade do século XVII, quando as famílias ricas viajam pela Europa, sobretudo pela França, Itália, Alemanha e Suíça. No século seguinte, as termas e as praias começam a suscitar a necessidade de tempos livres.

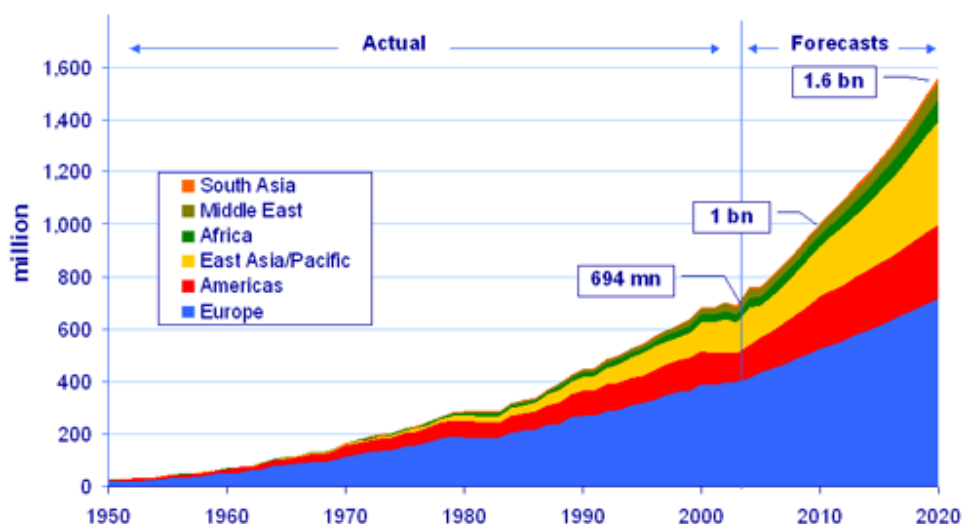
Foi com a expansão da revolução industrial (século XIX) que o turismo deixou de estar ligado apenas à aristocracia e à burguesia. A modificação dos meios de transporte, aliada ao facto do trabalho dependente e remunerado passar a ter algumas regalias, foi induzindo o turismo como prática comum.

No século XX deu-se início ao turismo aéreo, desenvolveu-se a prática do campismo e criou-se a Organização Mundial do Turismo (OMT). É neste século que o perfil do turista muda drasticamente, desaparecendo por completo apenas o turismo aristocrático e reconhecendo-se totalmente o direito ao lazer e ao regime de férias pagas.

Em 1963, a Conferência das Nações Unidas sobre Turismo e as Viagens Internacionais, inseriu o termo visitante dividindo-o em dois grupos: turistas e excursionistas. Consideram-se turistas “os visitantes que permanecem pelo menos 24 horas no país visitado”, enquanto excursionistas são “os visitantes temporários que permanecem menos de 24 horas no país visitado” (Cunha, 2001, pp.18). Porém, é impossível aceitar uma definição tão linear sem qualquer discussão, dado que a utilização de residências secundárias não são tidas em conta. “São, pois, as práticas turísticas que definem quem, quando e onde se é turista” (Cavaco, 2003).

A definição de turismo mais utilizada é a da OMT, também admitida pela ONU – Organização das Nações Unidas -, que o considera como “o conjunto das actividades desenvolvidas por pessoas durante as viagens e estadas em locais situados fora do seu ambiente habitual por um período consecutivo que não ultrapasse um ano, por motivos de lazer, de negócios e outros”.

Gráfico 1 – Turismo Internacional: Chegadas



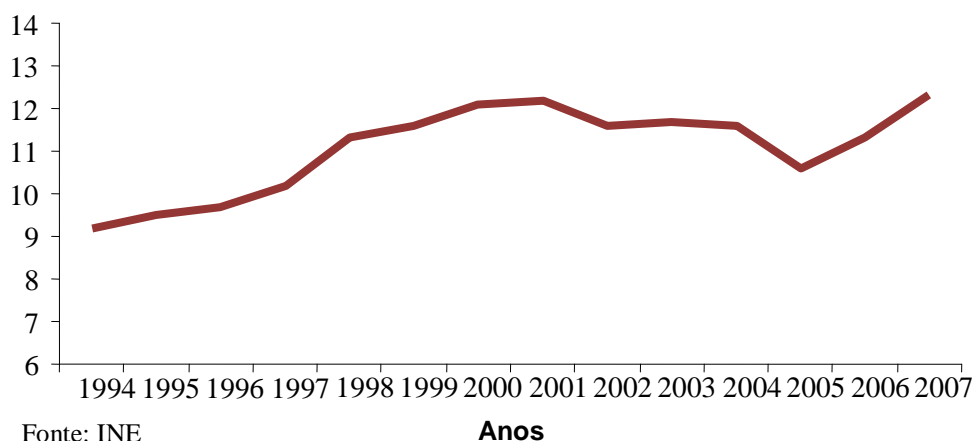
Fonte: OMT

Num contexto internacional, a OMT apresenta as suas previsões até 2020. O gráfico 1, elaborado em 2005, prevê que a Europa continue a liderar o turismo internacional com 717 milhões de chegadas. Constata-se que, para 2020, a fasquia global é bastante alta, com a previsão a atingir as 1,6 mil milhões de chegadas internacionais.

Existem, porém, fenómenos incontornáveis e impossíveis de serem considerados, como o surto da Gripe A e a crise internacional, que diminuíram consideravelmente o fluxo turístico. Os resultados de 2009 mostram um decréscimo de 4% nas chegadas internacionais sendo que, no entanto, as previsões avançadas para 2010 pela OMT garantem uma recuperação baseada na ocorrência de vários eventos (Mundial 2010, Jogos Olímpicos de Inverno e a Expo de Xangai) e na capacidade de adaptação à volatilidade da procura por parte do sector turístico. Contudo, os riscos eminentes não desaparecem facilmente, sendo o turismo confrontado com o desemprego e com um frágil crescimento da economia, sobretudo na Europa e nos Estados Unidos da América (OMT, 2010).

O sector do turismo em Portugal apresenta-se como sendo um dos mais importantes na economia nacional. Representa cerca de 11% do Produto Interno Bruto (PIB) e significa aproximadamente 10% do emprego.

Gráfico 2 – Entradas de Turistas Estrangeiros em Portugal (milhões)



No que respeita à entrada de turistas estrangeiros em Portugal, e tendo em conta que existem apenas dados disponíveis até 2007, é possível verificar algumas oscilações ao longo dos anos, sendo que o valor mais baixo corresponde a 1994. A Expo 98 proporcionou impactos turísticos notáveis, visto que o aumento das entradas também impulsionou consideravelmente o número de dormidas, taxas de ocupação e receitas turísticas. O mesmo não se pode dizer relativamente ao Euro 2004 que, apesar das fortes expectativas, não teve os efeitos desejados de forma imediata, já que só entre 2005 e 2007 é que as entradas de turistas tornaram a aumentar, variando positivamente em cerca de 16%.

Analisando especificamente o espaço temporal 2004 – 2007, destacam-se as entradas de turistas irlandeses com um acréscimo de quase 81%. Seguidamente encontram-se os americanos que, nos quatro anos em questão, ampliaram as entradas em mais de 61%. Os turistas espanhóis, aqueles que visitam Portugal, rondando 2,5 milhões de entradas/ano, registaram, contudo, no período em análise, a menor variação positiva (5.84%)¹.

¹ Anexo 1 – Entrada de turistas estrangeiros (em milhares)

1.1.1. Turismo Cultural

A procura cultural é também uma actividade turística, pois desde sempre, o consumo de cultura esteve interligado com a prática do turismo. A história do turismo passa pela curiosidade e por aqueles que procuram um legado cultural e histórico: é o caso dos romanos, que se interessavam pelos hábitos e histórias dos gregos e egípcios, dos peregrinos que ao irem a Santiago de Compostela assimilavam saberes e costumes do povo e das grandes viagens efectuadas por intelectuais e artistas. Assim, o turismo cultural “cobre todos os aspectos através dos quais as pessoas aprendem sobre as formas de vida e pensamento umas das outras” (Goeldner e McIntosh, 1990, pp.191).

A Carta de Turismo Cultural de ICOMOS - *International Council on Monuments and Sites* (1976) realça a importância do turismo ao nível social, humano, económico e cultural. Define o turismo cultural como *“form of tourism whose object is, among other aims, the discovery of monuments and sites. It exerts on this last a very positive effect insofar as it contributes – to satisfy its own ends – to their maintenance and protection. This form of tourism justifies in fact the efforts which said maintenance and protection demand of the human community because of the socio-cultural and economic benefits which they bestow on all the populations concerned.”*

É com base nesta definição que, até aos dias de hoje, a UNESCO e todas as organizações que apelam à prática de um turismo responsável, ressalvam a protecção e conservação do património mundial. A OMT está convicta de que *“using culture as vehicle for sustainable tourism development is now becoming an important item in the priorities of public policy planners”* (OMT, 2004).

Segundo McKercher e Cros (2002), o turismo cultural abrange quatro elementos importantes:

1. Turismo: A importância comercial do turismo deve ser reconhecida, não obstante o facto de muitas vezes os turistas não se impressionarem com o esforço necessário à manutenção e gestão de um espaço. O turismo não pode descuidar o impacto da cultura e do que o seu consumo pode influenciar determinada área.

2. Uso correcto do Património Cultural: Passa por manter a identidade e ainda conservar todo o valor intrínseco de cada lugar, não esquecendo o facto de que os visitantes são também utilizadores
3. Consumo de experiências e produtos: O turista cultural deseja consumir experiências. É também imprescindível transformar o consumo em produtos de cariz turístico-cultural.
4. O Turista: A decisão de um destino pressupõe um levantamento de informações que vão criando expectativa no turista. Importa assim interagir com o potencial cliente antes de haver consumo.

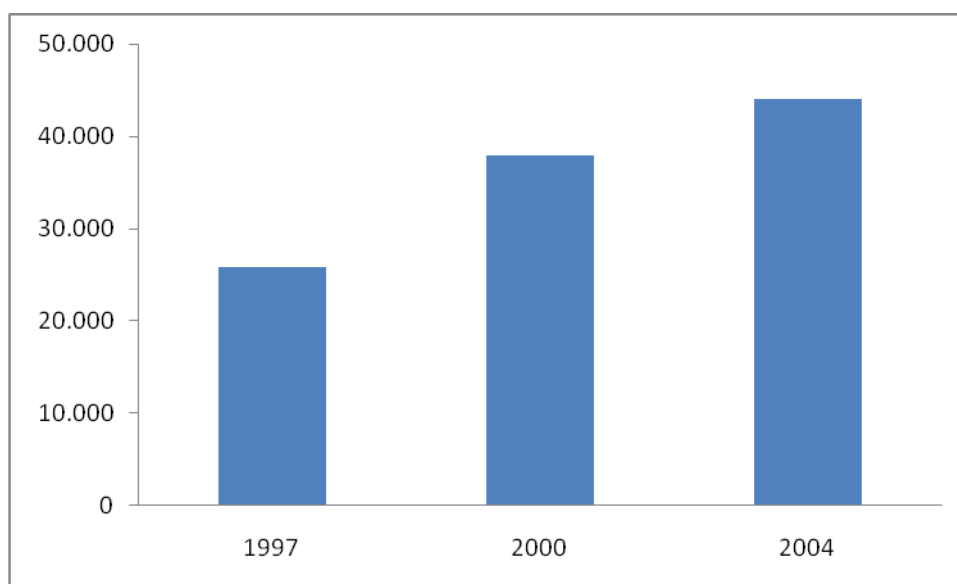
Segundo a OMT, o continente asiático é o mais diversificado em termos culturais. Para além de ser o continente com maior número de religiões, o intercâmbio de culturas ao longo dos séculos deu origem aos mais belos monumentos históricos, podendo vir a tornar-se no principal destino turístico.

Na última década, o turismo cultural cresceu cerca de 15%/ano enquanto o produto sol & mar tem diminuído face às ofertas culturais que se apresentam cada vez melhores em quantidade e qualidade.

A OMT (2000) distingue o turismo cultural como uma mistura de interesses que têm a ver com os estilos de vida de cada um – religião, costumes, cozinha, arquitectura, música.

Portugal tem uma panóplia de recursos culturais e naturais, alguns classificados pela UNESCO. A oferta cultural portuguesa abrange diferentes períodos históricos aliados a locais, monumentos, museus, igrejas, castelos e aldeias históricas.

Gráfico 3 - Volume de Viagens de *Touring* dos europeus (1997-2004), em milhares



Fonte: PENT, *Touring Cultural e Paisagístico*

Um dos dez produtos estratégicos para o desenvolvimento do turismo em Portugal é o *Touring Cultural e Paisagístico*. O gráfico 3 mostra um aumento de 7,9% nas viagens internacionais de *touring* dos europeus, o que vai de encontro à análise dos especialistas que estimam um crescimento entre os 5% e 7%/ano.

O perfil do turista cultural integra casais sem filhos, reformados e com níveis de formação e sócio-económico médio/médio-elevado. Informam-se dos destinos através de brochuras, revistas de viagens e internet. Alojiam-se em hotéis de 3 a 5 estrelas, em pousadas, apartamentos ou alojamentos privados, tendo como duração média de viagem entre 3 dias a 2 semanas em destinos continentais (TP, 2006).

1.2. Evolução do Conceito de Património

Quando se pensa em património, a ideia principal consiste em algo tangível e há muito existente, como uma herança que merece sobreviver no futuro. Não se tratam apenas de indícios históricos, mas também de toda a cultura tangível que existe ou existiu num determinado período de tempo. O património espelha uma identidade de um grupo, ou seja, aquilo que o diferencia e o torna único.

Ao longo dos séculos, o património tem vindo a ser motivo de interesse e admiração. Vestígios históricos remontam à Idade Média, porém o sentimento de salvaguarda terá tido lugar a partir do Renascimento, até aos séculos XVIII/XIX, com as primeiras colecções a serem preservadas em museus. Finda a Revolução Francesa, o forte sentido de nacionalismo, alterou a forma de encarar o património, dando-lhe um sentido colectivo, em vez de familiar (Mendes, 2009).

A primeira Conferência Internacional para a Conservação de Monumentos Históricos deu-se em 1931, onde só participaram países europeus. Passados 48 anos, já 80 países assinariam a Convenção do Património Mundial: “a tripla extensão – tipológica, cronológica e geográfica – dos bens patrimoniais é acompanhada pelo crescimento exponencial de seu público” (Choay, 2006, pp.15).

Considerando a necessidade de salvaguardar e evitar o desaparecimento de bens patrimoniais, a UNESCO elaborou em 1972 a Convenção para a Protecção do Património Mundial, Cultural e Natural.² Esta tornou-se num instrumento importantíssimo para a conservação do património, promovendo o reconhecimento de várias regiões do mundo.

Estão patentes nos artigos 1.º e 2.º da Convenção que são abrangidos como património cultural os monumentos, os conjuntos e os locais de interesse. No que concerne ao património natural, são considerados os monumentos naturais, as formações geológicas e fisiográficas e os locais de interesse naturais ou zonas naturais delimitadas.

O mesmo documento esclarece a necessidade por parte dos Estados de conservar e valorizar o património, adoptando uma política que integre o património cultural e natural na vida activa, constituindo serviços que, juntamente com pessoal especializado, tenham como função a conservação e valorização e, ainda, o desenvolvimento de estudos e pesquisas que visem combater os perigos a que o património cultural e natural está exposto. Devem também ser instauradas medidas adequadas à identificação, protecção, conservação e restauro, bem como incentivar a pesquisa e especialização nas áreas ligadas ao património³.

² Assinada a 16 de Novembro de 1972, em Paris

³ Anexo 2 – UNESCO: Convenção para a Protecção do Património Mundial e Cultural

Em 1989 a UNESCO, por actuar peremptoriamente nos principais aspectos de conservação e salvaguarda do património, surge com uma definição de património cultural que consiste “*as the entire corpus of material signs – either artistic or symbolic – handed on by the past to each culture and, therefore, to the whole of the humankind. (...) the cultural heritage gives each particular place its recognizable features and is the storehouse of human experience.*”

Em 2005, sendo a Europa um extenso território repleto de história, cultura e paisagem, revelou-se necessário expressar a importância da cooperação entre os diversos países deste continente, no modo como é gerido e promovido o património cultural. A Convention on the Value of Cultural Heritage for Society, de 27 de Outubro de 2005, assinada em Faro, reconhece que todos são responsáveis pela conservação e pelo uso sustentável do património, definindo-se como património cultural “*group of resources inherited from the past which people identify, independently of ownership, as a reflection and expression of their constantly evolving values, beliefs, knowledge and traditions. It includes all aspects of the environment resulting from the interaction between people and places through time*”.

As Partes acordaram em reconhecer todas as formas de património cultural espalhadas pela Europa como fonte comum de memórias, compreensão, identidade e criatividade sendo que todos devem respeitar o património dos outros da mesma maneira que respeitam o seu.

Esta Convenção não pretende interferir com as leis específicas de cada sítio, devendo ser encorajada a reflexão e diálogo sobre os métodos aplicados.

É fundamental gerir o património cultural, integrando-o e tornando-o próximo da população local, das empresas públicas e privadas e dos visitantes.

Abordando especificamente o caso de Portugal, a Lei nº 107/2001 de 08 de Setembro, define como património cultural “*todos os bens que, sendo testemunhos com valor de civilização ou de cultura portadores de interesse cultural relevante, devam ser objecto de especial protecção e valorização*”, devendo reflectir antiguidade, autenticidade, raridade ou exemplaridade.

Esta lei integra como património cultural os bens materiais e imateriais e ainda os contextos em que se inserem, possibilitando a interpretação e informação. Com vista a

uma fruição correcta, existem políticas específicas como os planos, programas e orientações estratégicas que, em cooperação com diversos níveis da Administração Pública, intervêm na conservação, recuperação, investigação e divulgação do património cultural.

Tal como está consagrado na Convenção da UNESCO de 1972, também a lei portuguesa considera que o Estado tem como tarefa fundamental assegurar a continuidade das heranças nacionais, protegendo e conservando. O cidadão tem, também, direitos, garantias e deveres nomeadamente o direito à fruição dos valores e bens que integram o património cultural (art.º 7.º) e o dever de preservar, defender e valorizar o património cultural (art.º11.º).

O património e o turismo estão definitivamente interligados pois a indústria turística usufrui do património para criar oportunidades económicas e sociais. Gera emprego, revitaliza locais outrora esquecidos e ainda pode contribuir para fazer face aos custos de preservação através das receitas obtidas.

Existe uma linha muito ténue entre os efeitos positivos e negativos do turismo dado que o património, por ser um recurso frágil que carece de cuidados, não deve tornar-se vendável apenas pelo lucro, pois pode correr o risco de perder a sua identidade e expressão cultural. A aposta na qualidade deve ser um objectivo patente tanto naqueles que gerem o património como nos que projectam acções com vista a atrair o turismo. Importa não esquecer que a singularidade dos locais passa também pelos seus habitantes e, por isso, a utilização do património para fins turísticos deve ter em consideração a não “deslocação” da população do seu quotidiano (Silva, 2006).

II. SINTRA, PATRIMÓNIO DA HUMANIDADE

"Sintra é o único lugar do país em que a História se fez jardim.

Porque toda a sua legenda converge para aí e os seus próprios monumentos falam menos do passado do que de um eterno presente de verdura. E a memória do que foi mesmo em tragédia desvanece-se no ar ou reverdece numa hera de um muro antigo.

Em Sintra não se morre - passa-se vivo para o outro lado. Porque a morte é impossível no vigor da beleza. E a memória do que passou fica nela para colaborar."

Vergílio Ferreira (1919-1996) in, "Louvar Amar"

2.1. O Concelho de Sintra

A mítica Sintra, projectada internacionalmente pela primeira vez no reinado de D. Fernando II (século XIX) devido à sua cultura artística romântica (Almeida e Belo, 2007), está inserida no distrito de Lisboa, sendo um município com 317 km² divididos em 20 freguesias⁴.

Segundo o Censo 2001, Sintra é habitada por 363.749 pessoas, cerca de menos 200.000 das que integram o concelho de Lisboa. O sexo feminino prevalece relativamente ao masculino e a faixa etária preponderante é de 25-64 anos, em contraponto com a de 65 ou mais anos, que constitui o grupo etário com menor relevância a residir no concelho.

A ruralidade predominante do passado, juntamente com o alastramento urbanístico inerente à modernização e às necessidades básicas do Homem, evidencia em Sintra uma dualidade muito própria: próxima de Lisboa, tem acessos e infra-estruturas que a tornam muito urbana, sendo que por outro lado, o Parque Natural Sintra – Cascais (PNSC), "zona de grande sensibilidade pelas suas características geomorfológicas, florísticas e paisagísticas" (ICNB, sd)⁵, mantém Sintra como um município verde, preservado e protegido da mão humana.

Os 14.450ha do PNSC (figura 1) estão parcialmente delimitados por duas freguesias de Cascais – Alcabideche e Cascais – e por cinco freguesias pertencentes a Sintra – Colares

⁴ Anexo 3 – Mapa das Freguesias do Concelho de Sintra

⁵ Informação retirada do portal do ICNB, onde não consta a data de publicação

Por expressarem valor patrimonial, foram abrangidas nesta denominação as seguintes freguesias:

- Freguesia de Santa Maria e São Miguel: Com 11,53km² e 4.274 habitantes respectivamente, detém como atracções patrimoniais o Convento da Trindade, a Quinta do Saldanha e a Igreja Paroquial de Santa Maria.
- Freguesia de São Martinho: Extremamente importante e simbólica, tendo 5.907 habitantes e 24,28 km² de área, é nesta freguesia que se encontra a maior parte do património reconhecido pela UNESCO como, por exemplo, o Parque da Pena, o Palácio de Monserrate, a Quinta da Regaleira, o Convento dos Capuchos e a Igreja da Nossa Sra. da Misericórdia. É também na freguesia de São Martinho que está localizado o Centro Histórico.
- Freguesia de São Pedro de Penaferrim: É a freguesia com maior número de habitantes. O seu interesse arquitectónico integra o Palácio da Pena, o Chalet da Condessa d'Elda e o Castelo dos Mouros.
- Freguesia de Colares: É a freguesia Património da Humanidade que detém a maior área⁶. Devido ao Convento do Carmo, torna-se também relevante na classificação da UNESCO.⁷

Embora existam quatro freguesias importantes na atribuição da denominação, é com base nas 20 freguesias que, ao elaborar este trabalho com enfoque em Sintra, Património da Humanidade e Turismo, se analisará a sua economia, nomeadamente em dois aspectos directamente relacionados com toda a temática a desenvolver: o Património Histórico-Cultural, inserido na rubrica de “Serviços Culturais, Recreativos e Religiosos”, e o Turismo, inscrito na rubrica “Comércio e Turismo”. Por sua vez, ambas as rubricas integram as Grandes Opções do Plano (GOP) que definem as principais linhas de orientação estratégica, bem como as prioridades para o concelho.

Através das Execuções Orçamentais e, determinando como intervalo temporal o período de 2006 a 2010, é possível concluir que o Património Histórico-Cultural, até 2008, apresentou uma dotação e um pagamento crescentes. A taxa de execução, que em 2006 atingiu cerca de 56%, aumentou substancialmente cifrando-se nos 85% em 2008,

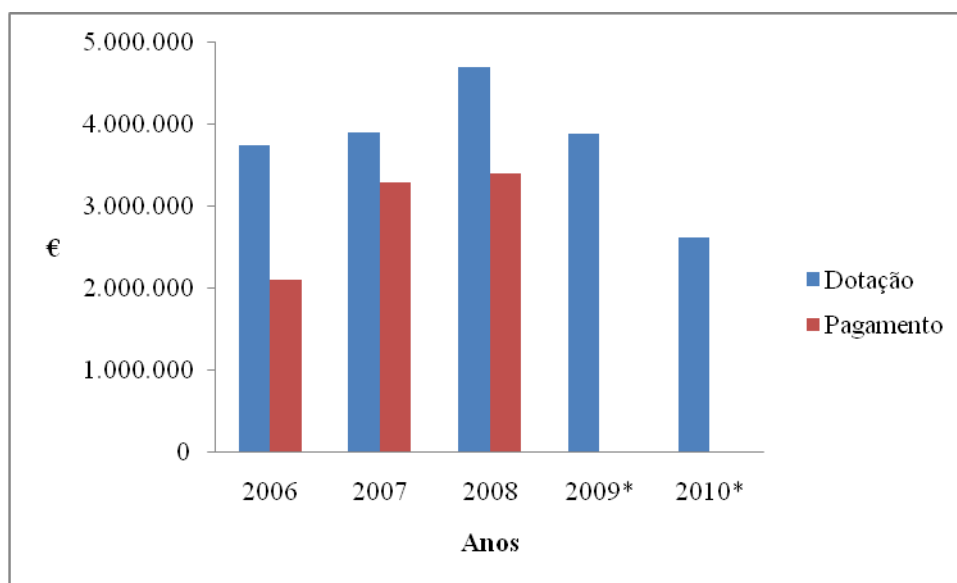
⁶ Anexo 4 – Freguesias de Sintra (Km² e população)

⁷ Anexo 5 – Valores Fundamentais da Área Classificada

comprovando desta forma que o investimento proposto por parte da Câmara Municipal de Sintra (CMS) foi em grande parte executado.

Os gráficos 4 e 5 mostram que para 2009 e, obviamente 2010, apenas são apresentados dados relativos à dotação, não permitindo conceber uma análise concreta. No entanto, a avaliar pelos valores disponíveis, confirma-se que, no que respeita ao Património Histórico-Cultural, as verbas propostas estão a diminuir culminando num decréscimo de 2.092.285 euros⁸.

Gráfico 4 – Execução Orçamental: Património Histórico-Cultural



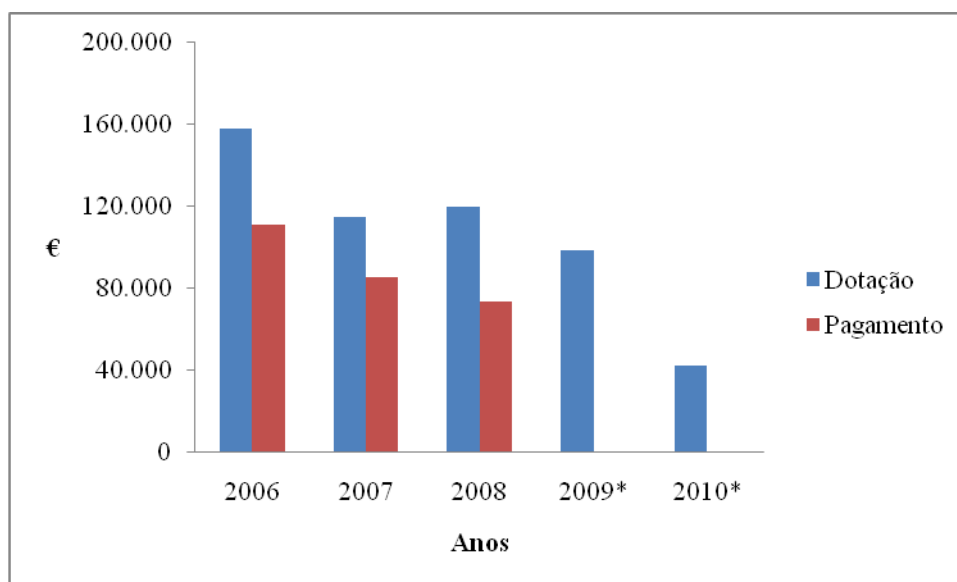
* Valores Previstos

Fonte: Câmara Municipal de Sintra

Quanto ao Turismo, nos anos de 2006 e 2007 verifica-se uma taxa de execução acima dos 70%. Entre 2008 e 2010 o valor da dotação diminui cerca de 35%, sendo que já em 2008 a taxa de execução também sofre um decréscimo, conforme se comprova no gráfico 5.

⁸ Anexo 6 – Execução Orçamental

Gráfico 5 – Execução Orçamental: Turismo



* Valores Previstos

Fonte: Câmara Municipal de Sintra

Prosseguindo a análise do Turismo, a tabela 1 evidencia a importância que é dispendida nesta área, quando incluída nas GOP.

Tabela 1 – Função Económica: Comércio e Turismo

Comércio e Turismo	2006	2007	2008	2009*	2010**
- Mercados e Feiras	354.119	39.335	305.778	16.181	68.570
- Turismo	111.166	85.043	73.554	14.727	42.230
- Comércio	4.344	91.771	45.052	1.023	90.350
Total	469.629	216.149	424.384	31.931	201.150
Peso no GOP	0,6%	0,2%	0,5%	-	-

* Valores referentes ao 1º Semestre de 2009

** Valores Previstos

Fonte: Câmara Municipal de Sintra

Tendo em conta que os valores apresentados para 2009 se referem somente ao 1º Semestre e que, 2010 contém apenas valores de orçamento, importa salientar a baixa relevância que esta rubrica apresenta no total das despesas realizadas no âmbito do GOP. O ano de 2007 apresenta-se como atípico na evolução da tabela, visto que o total de despesa é consideravelmente menor que nos restantes anos.

Os valores que revelam uma diminuta importância no GOP, não chegando a 1% (tabela 1), explicam-se pelo facto da missão das Câmaras Municipais ser sobretudo de carácter social e, como Sintra não é excepção, o bem-estar da população residente prevalece sobre a promoção turística. Ao longo dos anos a autarquia tem podido canalizar as suas verbas para outros fins, visto que a promoção e desenvolvimento turístico é patrocinada por uma parceria entre o TP e a Associação de Turismo de Lisboa (ATL), que promovem Sintra, Cascais, Mafra e Oeiras através de receitas de jogo da zona do Estoril, que correspondem ao “pagamento anual de um valor igual a 50% das receitas brutas declaradas, após a redução de certos encargos”, sendo que, 15% deste valor, poderá destinar-se para subsidiar acções de promoção turística dos municípios, tal como define o Decreto-Lei (DL) nº 302/93 de 31 de Agosto.

A necessidade de restauro e manutenção de mercados e feiras induziu a que a maior parte do investimento da rubrica Comércio e Turismo realizado em 2006 e 2008, tenha sido canalizado para esta categoria. Deste modo, o pagamento de despesas relacionadas com o turismo diminuiu cerca de 34% entre 2006 e 2008, em contraponto com o comércio que tem vindo a apresentar valores crescentes.

Sendo o Turismo um dos temas centrais do trabalho, interessa abordar sinteticamente o seu desenvolvimento ao longo dos anos no concelho, não obstante esta temática vir a ser tratada aprofundadamente ao longo da dissertação.

Segundo o Plano de Desenvolvimento Turístico elaborado em 1992 pela CMS, a caracterização do turista ao longo dos tempos é a seguinte:

- Anos 30: A partir desta época Sintra começa a acolher europeus, provenientes do Reino Unido, França, Espanha e Alemanha, que escolhiam esta zona como destino de férias, sendo que a média de permanência rondava os 15 dias a 1 mês.
- Anos 70 e 80: Com a crise do petróleo e a queda do dólar, aliados aos factores internos despoletados pelo 25 de Abril, Sintra também sofreu algumas modificações no que diz respeito ao turismo, nomeadamente a degradação de algumas unidades hoteleiras como Vale dos Lobos, a Pensão de Santa Margarida e a Pensão Bristol. Para além disso, surge o turismo de habitação e o alojamento particular que originam uma massificação turística.

Sendo o Património Histórico-Cultural uma motivação turística inquestionável, o visitante-tipo é, predominantemente estrangeiro, que costuma hospedar-se em Lisboa, Cascais ou Estoril e que procura monumentos e jardins. Para o turista nacional, Sintra é conhecida pela sua importância histórica o que, aliado à proximidade de Lisboa, leva a considerar aquela cidade mais como um passeio de fim-de-semana do que um destino de férias. Para o turista internacional, representa essencialmente um local a conhecer durante uma viagem a Portugal, dado estar muitas vezes associada ao excursionismo - autocarros que param durante umas horas e seguem para outra atracção.

Apesar de ser notório que o excursionismo é há décadas uma realidade que se sobrepõe à fixação de turistas, a CMS, juntamente com diversas parcerias, tenta contornar esse obstáculo actuando desde há muito em diversas frentes, como a dinamização do património cultural através do património edificado, valores arqueológicos, históricos, documentais, etnográficos, etc., o aproveitamento de edificações para equipamentos turísticos com especial destaque para as unidades de alojamento do tipo “Turismo em Espaço Rural”, a criação, divulgação e promoção de percursos turísticos temáticos como o Circuito Romântico, Pré-Histórico e Ecológico, entre outros.

Há que ter em conta que o sucesso do turismo depende de diversos factores que, combinados correctamente, são de extrema importância para o êxito de qualquer lugar.

Tabela 2 – Dormidas no concelho de Sintra

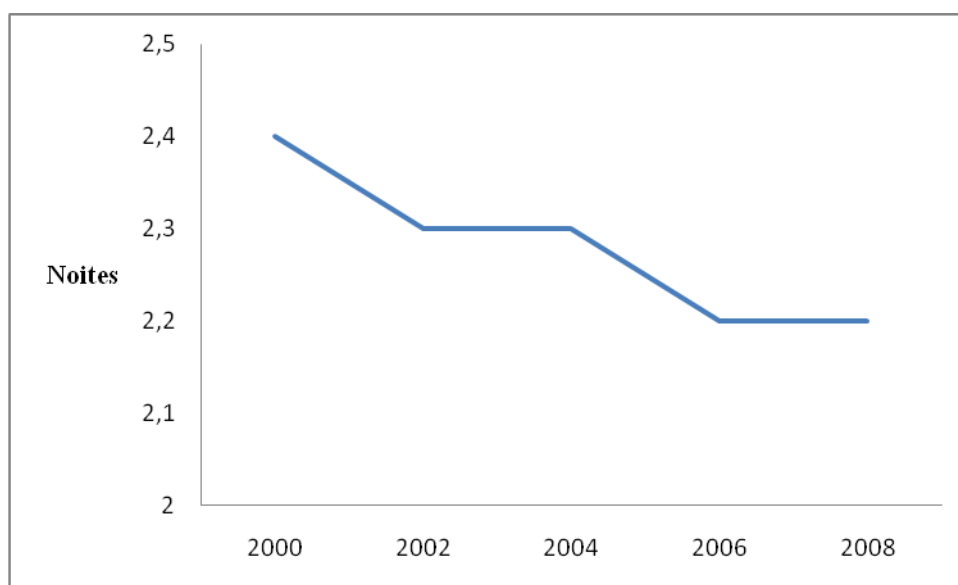
País de Residência	2000	2002	2004	2006	2008	2009
Portugal	33.967	42.436	53.668	67.436	87.256	93.568
U.E. (15)	133.422	135.449	133.927	161.757	201.098	216.286
E.U.A	18.826	14.913	11.854	18.811	11.995	10.485
Total de Estrangeiros	152.248	150.362	145.781	180.568	213.093	226.771

Fonte: INE e Câmara Municipal de Sintra

Ao analisar a tabela 2, é possível verificar que na última década Sintra tem aumentado consideravelmente o número de dormidas. Para isso, o turista português contribuiu com mais de 59.600 dormidas entre 2000 e 2009, o que corresponde a um aumento de 175,47%. Também o turista estrangeiro europeu, tem vindo a escolher Sintra para pernoitar, tendo este segmento evoluído cerca de 62% desde 2004.

Interessa também salientar que de todos os países presentes nos Anuários Estatísticos de Lisboa elaborados pelo INE, a Espanha é o país que ao longo da década tem vindo a aumentar o contingente de dormidas no concelho de Sintra. Trata-se de um acréscimo de 49.323, patente sobretudo desde 2006, correspondendo a uma variação de 251,93%. Já os E.U.A. decresceram em cerca de 8.000 as suas dormidas entre 2006 e 2009⁹.

Gráfico 6 – Estada Média em Sintra

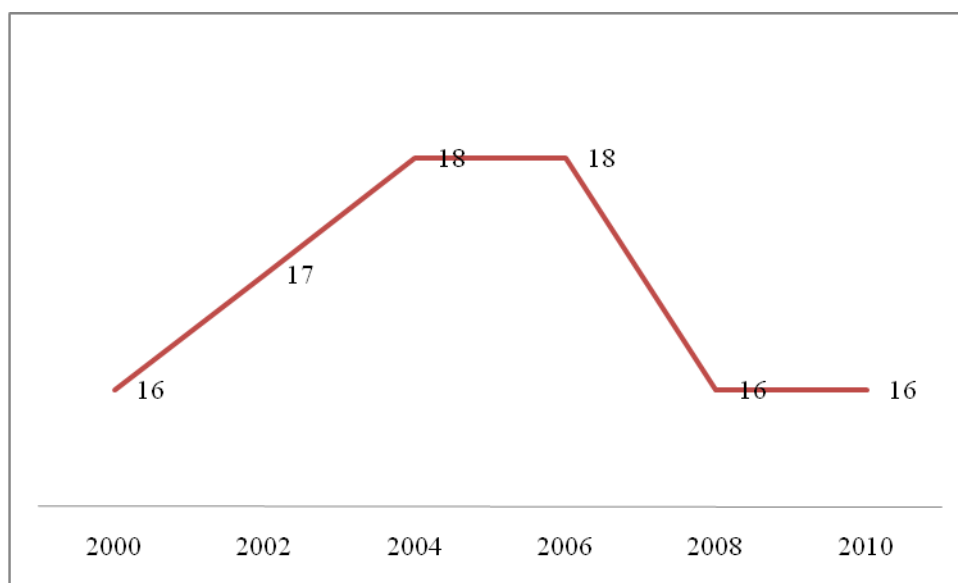


Fonte: INE

De constatar que, apesar de uma evolução positiva no número de dormidas ao longo dos anos, a mesma não foi acompanhada pelo número de dias de estadia (gráfico 6). A estada média, durante os anos em análise, quase não sofreu alteração, verificando-se uma ligeira tendência de diminuição de 2,4 para 2,2 noites.

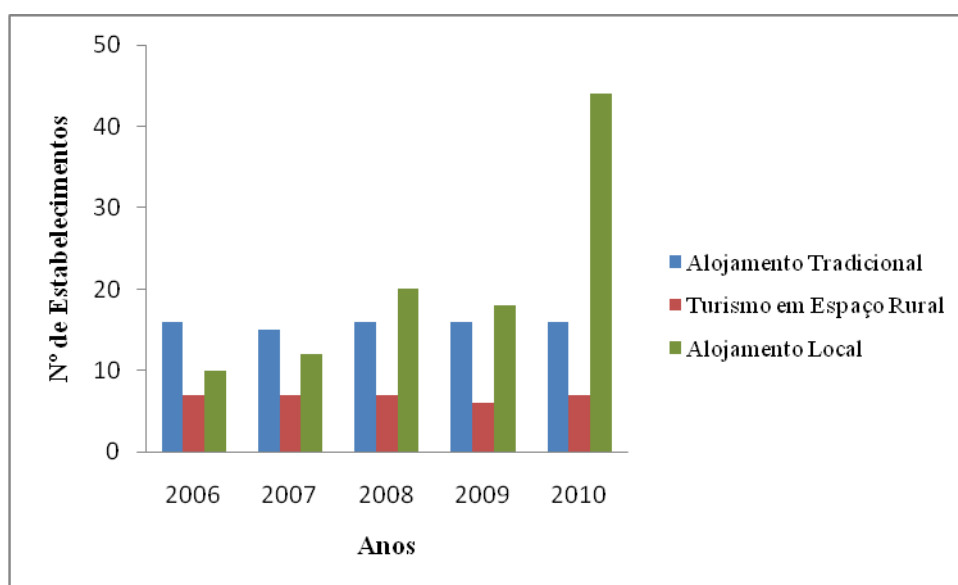
⁹ Anexo 7 – Evolução das Dormidas no concelho de Sintra, por País de Residência

Gráfico 7 – Alojamento Tradicional



Fonte: INE e Câmara Municipal de Sintra

Gráfico 8 – Capacidade de Alojamento (2006 – 2010)



Fonte: Câmara Municipal de Sintra

A oferta de Alojamento Tradicional analisadas nos gráficos 7 e 8 pouco tem oscilado, englobando actualmente, 4 Hotéis de 5 estrelas, 2 Hotéis e duas Estalagens de 4 estrelas,

1 Hotel e 1 Motel de 3 estrelas e ainda 1 Hotel de 2 estrelas. Existem, também, 5 pensões¹⁰.

No entanto, para uma melhor percepção da realidade vivida turisticamente em Sintra, é importante agrupar todos os tipos de alojamento que em muito contribuem para diferentes valores na estada média. Estes outros estabelecimentos não estão ainda disponíveis nas estatísticas do INE, pois os que merecem especial atenção correspondem a 2010, pelo que, apenas recorrendo à CMS, se consegue elaborar uma análise mais cuidada.

O aumento do Alojamento Local deve-se ao DL n.º 39/2008 de 7 de Março que veio alterar a classificação de algumas tipologias. Desta forma, o n.º1 do artigo 3.º “considera estabelecimentos de alojamento local as moradias, apartamentos, e estabelecimentos de hospedagem que, dispendo de autorização de utilização, prestem serviços de alojamento temporário, mediante remuneração, mas não reúnam os requisitos para serem considerados empreendimentos turísticos.” Contudo, apesar das modificações datarem de 2008, o DL sofreu ainda alterações ao longo de 2009 (DL n.º 228/2009 de 14 de Setembro), possibilitando apenas a medição do seu verdadeiro impacto a partir do presente ano. As recentes alterações legislativas permitem que a oferta ao nível do Alojamento local seja mais abrangente, visto que engloba não só os estabelecimentos de hospedagem, como também as moradias e apartamentos. O Alojamento Local subiu de 18 para 44 estabelecimentos, gerando assim uma variação de cerca de 103% na capacidade de alojamento entre 2006 e 2010.

2.2. Candidatura de Sintra a Património da Humanidade

O ICOMOS tem um papel preponderante na tomada de decisões relativas às acções que devem ocorrer nos locais abrangidos pela UNESCO. Aquela entidade, controla a situação em que se encontram os locais Património da Humanidade, tendo como principais funções “avaliar os bens propostos para inscrição na Lista do Património Mundial, assegurar o acompanhamento do estado de conservação dos bens do Património Mundial possuidores de valor cultural, analisar os pedidos de Assistência

¹⁰Anexo 8 – Alojamento em Sintra, 2010

Internacional apresentado pelos Estados Parte e dar o seu contributo e apoio às actividades de reforço das competências” (UNESCO, 2008).

Por isso, em Setembro de 1995, foi o ICOMOS quem elaborou um relatório sobre a Serra e a Cidade de Sintra, tendo este sido justificado pelo facto de Sintra possuir uma paisagem natural e histórico-cultural sublime, adaptável às necessidades modernas, sem com isso perder a identidade.

Como mencionado anteriormente, na candidatura de Sintra a Património da Humanidade pesaram diversos factores caracterizados pela simbiose evidente entre a fauna, flora e história. Pelo valor natural existente em Sintra, os relatórios são também acompanhados e desenvolvidos pela *International Union for Conservation of Nature* (IUCN) com o objectivo de assegurar a conservação, “analisar os pedidos de Assistência Internacional apresentados e dar o seu contributo e apoio às actividades de reforço e de competências.” (UNESCO, 2008, pp.19-20)

Os terrenos férteis aliados à proximidade da cidade de Olisipo, actual Lisboa, concederam a Sintra condições para a fixação de população. Pela Serra de Sintra encontram-se fragmentos cerâmicos que apontam para a ocupação territorial no período Neolítico/Calcolítico (fim do IV - início do III milénio a.C.). Ao nível do habitat, existem vestígios que remontam à Idade do Bronze Atlântico e ao período Orientalizante (II milénio a.C - I milénio e séculos IX – VI a.C respectivamente). Elementos indígenas e de origem mediterrânica traduzem a Idade do Ferro. Os Romanos deixaram o seu rasto por toda a cidade de Sintra sugerindo a sua presença durante os séculos II e I a.C.

É durante o domínio muçulmano que surgem os primeiros textos realçando a importância da localização estratégica, sendo, depois de Lisboa (conhecida como Al-Usbuna), o núcleo económico e urbano mais importante.

A vila de Sintra é territorialmente dividida, em Janeiro de 1154, em três grandes freguesias: São Pedro de Canaferrim¹¹, São Martinho e Santa Maria e São Miguel. As várias doações régias ocorridas nos séculos XII e XIII tiveram por base uma organização estratégica de carácter político, social e económico.

¹¹ A freguesia tradicionalmente conhecida como São Pedro de Penaferrim, é mencionada no livro *Sintra, Património da Humanidade*, como freguesia de São Pedro de Canaferrim.

O primeiro rei da Segunda Dinastia, D. João I, conservou para si o Paço Régio, modificando-o e ampliando-o a fim de ser uma das suas principais moradas e lugar de veraneio.

A importância da Vila de Sintra como sendo um lugar-comum para a Corte ganha ainda mais relevância com as obras executadas no Paço da Vila e com a construção do Mosteiro da Nossa Sra. da Penha, local de onde se avistou o regresso de Vasco da Gama.

D. João de Castro, a partir de 1542 resolve passar os seus últimos anos de vida na Quinta da Penha Verde, fomentando aí tertúlias com as mais destacadas personalidades da cultura daquele seu tempo (Ribeiro, 1998).

Por altura da Restauração, a vila de Sintra é afastada dos circuitos régios e aristocráticos, voltando a ser redescoberta pela aristocracia portuguesa e pelos estrangeiros no século XIX. É neste século que surge o Palácio da Pena como obra marcante do romantismo em Portugal.

A intenção de proteger o vasto património revela-se na primeira metade do século XX com a criação de instituições que conseguiram manter o Centro Histórico preservado.

Aliado à história de Sintra, é possível encontrar também um vasto património literário que a tornou lendária: Varrão e Columela apelidaram-na de Monte Sagrado, Ptolomeu registou-a como a Serra da Lua, Luís de Camões refere-a nos Lusíadas, Eça de Queiroz escreveu-a nos Maias, Lorde Byron menciona o Glorioso Eden.¹² Também o compositor Richard Strauss se apaixonou por Sintra: “Hoje é o dia mais feliz da minha vida. Conheço a Itália, a Sicília, a Grécia e o Egipto, e nunca vi nada, nada, que valha a pena. É a coisa mais bela que tenho visto. Este é o verdadeiro jardim de Klingsor e, lá no alto, está o Castelo do Santo Graal.”¹³

O ICOMOS fundamenta ainda que em termos culturais, é possível encontrar em diferentes zonas de Sintra, as três categorias estipuladas pelo Comité do Património Mundial (UNESCO, 2008, pp.86) para a atribuição do título de Paisagem Cultural – *cultural landscape*:

¹² Artigo disponível no portal da CMS, onde não é referida a data de publicação

¹³ Frase retirada do *site* www.sintraromantica.net, onde a paixão por Sintra é retratada por figuras de renome do nosso passado.

- i. “Landscape designed and created intentionally by man”: As quintas, ou grupo de quintas, com jardins e parques
- ii. “Organically evolved landscape”: O restauro e os projectos de manutenção para a paisagem de Sintra são meticulosamente tratados, para que os traços românticos e históricos se fundam com as actividades quotidianas do presente
- iii. “Associative cultural landscape”: A flora, juntamente com os vestígios arqueológicos e com os antigos mosteiros, dão uma magnitude única à região de Sintra.

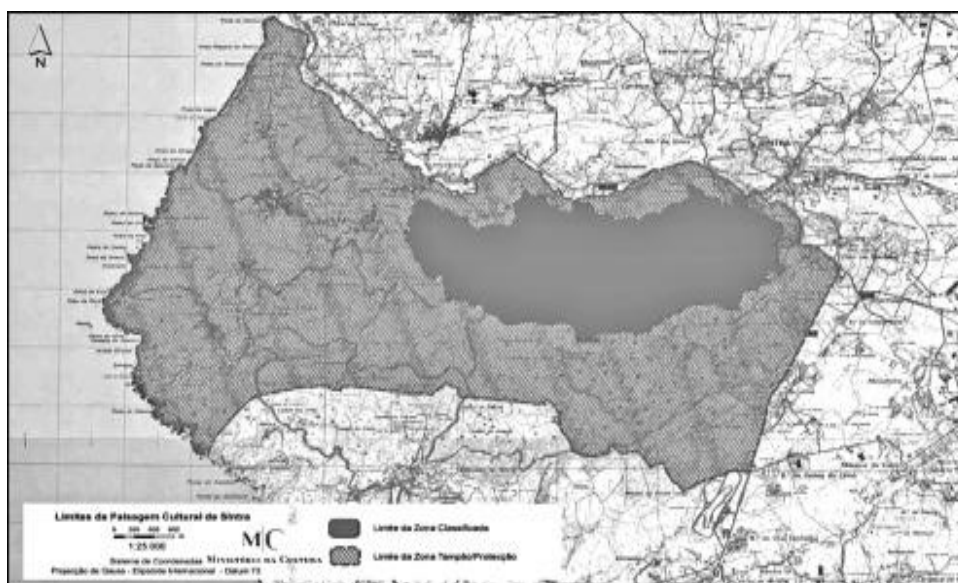
O renome internacional expresso por poetas, artistas e pensadores assenta numa verdadeira simbiose entre a natureza e a cultura que torna únicas Sintra e a sua Serra. *“It is difficult to find an exact parallel anywhere in Europe, or even the world, because of its complexity and the characteristic symbiosis between the natural and the built heritage”* (ICOMOS, 1995).

Em 1995, a gestão e protecção dos monumentos e locais de interesse cabia à Câmara Municipal e ao Instituto Português do Património Arquitectónico (IPPAR). A primeira tinha em acção um plano de restauro e salvaguarda para o centro histórico, enquanto o IPPAR detinha programas de conservação e controle dos monumentos e edifícios de interesse público, alastrando esses trabalhos para a Zona Tampão – “área circundante do bem proposto para inscrição, cujo uso e exploração estão sujeitos a restrições jurídicas e/ou consuetudinárias, de forma a reforçar a protecção do bem em causa” (UNESCO, 2008, pp.32) - e Zona de Transição¹⁴.

Vem desta forma a acrescentar valor às disposições previamente estipuladas no DL n.º 107/2001, de 8 de Setembro, passando as Zonas Especiais de Protecção a ser efectivamente reconhecidas a partir do DL n.º 309/2009 de 23 de Outubro, que vem possibilitar que estas ajam autonomamente, com o fim de proteger a arquitectura, a urbanização e a paisagem de um imóvel. O n.º 2 do artigo 72.º assegura, que “a zona tampão de um bem imóvel incluído na lista do património mundial corresponde, para todos os efeitos, a uma zona especial de protecção.”

¹⁴ Anexo 9 – PCS, Zona Tampão e Zona de Transição

Figura 2 – Planta de Implantação e respectiva Zona Especial de Protecção



Fonte: Diário da República

O nº 3 do mesmo artigo define que as plantas de localização e implantação de um imóvel inscrito na lista da UNESCO devem ser publicadas sob forma de aviso no Diário da República. Assim, o Aviso nº 15169/2010 de 22 de Julho vem cumprir o estipulado, tornando “público que, em 1995 foi incluído na lista indicativa do Património Mundial da UNESCO o conjunto conhecido por Paisagem Cultural de Sintra, localizada nas freguesias de São Pedro de Penaferrim, Colares, Santa Maria e São Miguel e São Martinho, concelho de Sintra, distrito de Lisboa.”

2.2.1. Critérios verificados em Sintra

Perante toda a história, características naturais e património construído acima mencionadas, Sintra é considerada nos termos da Convenção para a Protecção do Património Mundial, Cultural e Natural, como local de interesse – *site* – cuja definição assenta em “obras do homem, ou obras conjugadas do homem ou da natureza, e as zonas, incluindo os locais de interesse arqueológico, com um valor universal excepcional do ponto de vista histórico, estético, etnológico ou antropológico” (UNESCO, 1972).

Desde 1992 que a UNESCO integra o termo *cultural landscapes*, caracterizado pelas três categorias anteriormente descritas. Esta denominação, que visa reconhecer e proteger as paisagens culturais, baseou-se na necessidade de apoiar os sítios onde a interacção entre as pessoas e o espaço natural são constantes. A distinção das paisagens culturais proporcionou a consciencialização de que estes sítios não são espaços isolados e que por isso devem ser integrados na sociedade tendo em conta as suas particularidades.

Esta é a realidade de Sintra, que o ICOMOS avaliou como uma região de beleza ímpar, onde se misturam parques, jardins, palácios e castelos, possibilitando a cada visitante a constante surpresa.

Perante o relatório acima descrito, fundamentou-se a inscrição na lista de Património da Humanidade com base nos seguintes critérios de selecção (UNESCO, 2005):

- ii. *“to exhibit an important interchange of human values, over a span of time or within a cultural area of the world, on developments in architecture or technology, monumental arts, town-planning or landscape design*
- iv. *to be an outstanding example of a type of building, architectural or technological ensemble or landscape which illustrates (a) significant stage(s) in human history*
- v. *to be an outstanding example of a traditional human settlement, land-use, or sea-use which is representative of a culture (or cultures), or human interaction with the environment especially when it has become vulnerable under the impact of irreversible change”*

Estas considerações, aliadas à designação de Património da Humanidade, assentaram na necessidade por parte do ICOMOS, de estudar detalhadamente o Plano de Gestão que já à data se encontrava em preparação. Para este plano foi recomendado especial enfoque nas acções de plantação que deviam respeitar sobretudo a ecologia histórica de Sintra ao invés dos programas de reflorestamento previstos.

Por fim, desaparece a denominação “A Serra e a Cidade de Sintra”, passando a apelidar-se como “A Paisagem Cultural de Sintra” (PCS). Foi o primeiro Património Mundial

européu a conhecer esta denominação, estando desta forma evidente a verdadeira essência e o real significado de *cultural landscapes* (ICOMOS, 1995).

Tabela 3 – Cultural Landscapes (1992 - 2005)

Type of property	Of which are Cultural Landscape	Total number
Cultural properties	49	628
Natural properties	0	160
Mixed Cultural and Natural properties	4	24
Total	53	812

Fonte: World Heritage Cultural Landscapes: A UNESCO Flagship Programme 1992 – 2006

Entre 1992 e 2005, 33 das 53 paisagens culturais inscritas na lista da UNESCO localizavam-se na Europa.

Rössler (2006) justifica este número com base em 4 tendências:

1. Elevado número de paisagens culturais transfronteiriças
2. Peso da agricultura em vários territórios europeus. A maioria das paisagens culturais europeias é tradicionalmente agrícola
3. Propensão para que se designe como paisagem cultural, os jardins e parques (vai de encontro ao ponto anterior)
4. Emergência do património religioso, interligando a importância da religião na Europa com a envolvente da paisagem natural associada – montanhas florestas e lagos.

2.3. A Paisagem Cultural de Sintra – Avaliações da UNESCO

Entre 1996 e 1999, os relatórios da UNESCO e ICOMOS foram inexistentes, pois um plano de gestão e manutenção estaria a ser elaborado pela CMS, mediante a supervisão do ICOMOS.

Em 2000, com o objectivo de “agregar as responsabilidades dispersas pelas várias instituições públicas que a integram e gerir os meios necessários à recuperação e valorização dos monumentos, dos parques e da paisagem envolvente, classificada pela UNESCO”, surge a empresa Parques de Sintra – Monte da Lua, SA (PSML, 2006). Pretendeu-se desta forma, responder aos requisitos da UNESCO que apontavam para a falta de uma entidade totalmente direccionada para as necessidades da PCS.

O nº 2 do art.º 3.º do DL 215/2000 de 2 de Setembro, que esteve em vigor até Maio de 2007, ditava a seguinte estrutura accionista:

- a) Instituto de Conservação da Natureza (ICN) – 55%;
- b) Estado, através do Ministério da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas – 15%
- c) IPPAR – 15%;
- d) Município de Sintra – 15%.

Uma missão conjunta do IUCN e ICOMOS, levada a cabo em Novembro de 2000, assinalava a necessidade de programas de gestão e conservação. Em Dezembro de 2001, o relatório alerta para o pouco ou nenhum progresso ocorrido, no sentido de cumprir com o que havia sido sugerido. Assim, com base nas evidências, estipulou-se a necessidade das autoridades portuguesas intervirem durante os seis anos seguintes, para que a zona tampão se desenvolvesse sustentadamente ao nível da conservação, restauro e gestão.

Ainda no mesmo documento, é exigida a elaboração de um Plano de Gestão para a PCS, onde sejam mencionados quatro passos importantes (UNESCO, 2001):

1. *“Creation of an independent Cultural Landscape Advisory Committee*
2. *Creation of an advisory body/association of residents*
3. *The establishment of a public information, research and archives centre*
4. *An adjustment of the high protection area of the Natural Park to coincide with the core area of the World Heritage site.”*

Reconhecendo o esforço para contornar as fraquezas evidenciadas anteriormente, o relatório de 2002 vem congratular as autoridades portuguesas pelas acções tomadas no que concerne à preservação da área classificada como Património da Humanidade, não obstante lembrar a necessidade de executar os quatro passos recomendados pelo ICOMOS.¹⁵

Neste ano e, para comemorar os 30 anos da UNESCO, foram revistos e reconhecidos pela Convenção de Budapeste, quatro objectivos estratégicos que têm como fim a melhor gestão dos sítios inscritos na lista (UNESCO, 2002):

- a) *“strengthen the **Credibility of the World Heritage List**, as a representative and geographically balanced testimony of cultural and natural properties of outstanding universal value*
- b) *ensure the effective **Conservation of World Heritage properties***
- c) *promote the development of effective **Capacity-building measures**, including assistance for preparing the nomination of properties to the World Heritage List, for the understanding and implementation of the World Heritage Convention and related instruments*
- d) *increase **public awareness, involvement and support for World Heritage through communication**”*

No ano seguinte, aquando do 27º encontro da UNESCO, foi anunciado que o município de Sintra havia designado um órgão responsável específico para a Paisagem Cultural de Sintra. Nesse mesmo documento são revelados como principais problemas, a pressão turística e urbanística.

Para além destes factores, constatou-se que os Parques da Pena e de Monserrate, ainda não tinham sido alvo de acções de melhoramento. Entre outras falhas, o relatório continua a insistir na falta de um plano de gestão concreto, que vá de encontro às necessidades evidenciadas. Por isso, em 2003, a UNESCO apontou a data de 01 de Fevereiro de 2004, como limite para a implementação desse plano.¹⁶

¹⁵ Anexo 10 – *Decision 26COM 21B.66*

¹⁶ Anexo 11 – *Decision 27COM 7B.72*

Em 2004 surge um Plano de Gestão dividido em duas grandes fases, que serão devidamente aprofundadas no próximo capítulo, onde a CMS, juntamente com os organismos PSML, PNSC, e ainda com as entidades que tutelam o Palácio da Vila e Palácio da Pena, se comprometem a contribuir para alcançar os seguintes objectivos gerais (CMS, 2005):

1. “Garantir a continuidade e sustentabilidade da preservação do Património
2. Coordenar as entidades envolvidas na gestão da Vila Velha/Centro Histórico e Zonas de Protecção
3. Promover o ordenamento territorial e a gestão do Património
4. Promover a recuperação do Património degradado
5. Divulgar o Património de Sintra no Mundo
6. Promover o Turismo Cultural e de qualidade
7. Preservar as áreas agrícolas incentivando o cultivo de produtos tradicionais e biológicos
8. Captar novos sectores e agentes económicos garantindo um desenvolvimento equilibrado,”

Face a este plano, o Comité da UNESCO refere na sua convenção, que um plano deste tipo deveria ter sido elaborado até 2001, tal como fora recomendado pela UNESCO e ICOMOS. No entanto, estimula para que a implementação seja cuidada, com planos de conservação próprios e onde as diferentes autoridade envolvidas trabalhem para atingir os objectivos estipulados.¹⁷

Num relatório mais extenso datado de 2006, a UNESCO congratula os melhoramentos relativos à conservação de palácios e parques, concluindo que não existem problemas relevantes que ponham em causa a identidade do Património da Humanidade.

¹⁷ Anexo 12 – *Decision 28COM 15B.77*

As ameaças continuam no entanto a pairar, devido à ausência de uma gestão clara, da dívida acumulada por parte da empresa PSML e também da pressão urbanística sobre os meios rurais e semi-naturais situados em volta da área delimitada pela UNESCO.

Assim, os aspectos mais críticos passam por (UNESCO, 2006):

- a) *“The existence of inappropriate pre-fabricated offices at the entrances of some sites;*
- b) *The urgent need for restoration of the Chalet of the Countess Edla;*
- c) *The absence of any assistance for private owners of high value properties (buildings and parks) to maintain their heritage (colours, volumes; species of plants etc) and ensuring that the essential elements of the properties are kept on site”*

A proposta do ICOMOS/IUCN expressava, em 2006, a necessidade de elaboração de documentos aprovados até ao final de 2009, que relatassem o desenvolvimento de Sintra durante um período de cinco anos – *“Management structure; Short term action plan; Urban development strategy; Plan for site interpretation; Sintra-Cascais Natural Park management plan (2010-2014); Sintra Municipality management plan (2010-2019); Updating of the World Heritage site management plan (2010-2014).”*¹⁸

De acordo com as decisões estipuladas nas Convenções, a PSML tem vindo a desempenhar um papel determinante nas acções desenvolvidas em Sintra. Prova disso é que, desde 2006, com o Parque da Pena e o Hotel de Seteais a integrar a sua lista de gestão de propriedades, a empresa passou a zelar por 361ha¹⁹, cerca de 40% da área classificada. A área total pode ser dividida pelas seguintes categorias (PSML, 2006):

- Área Construída e Caminhos – 18ha
- Área Florestal – 216ha
- Área de Arboreto/Envolvente – 90ha
- Área de Jardins – 36ha

¹⁸ Anexo 13 - *Decision 30COM 7B.89*

¹⁹ Anexo 14 – Monumentos detidos pela PSML

Em 2007, a UNESCO designa aquela instituição como a nova entidade gestora, visto ser a executante do Plano de Acção que havia sido sugerido no ano anterior, e que abrangia o espaço temporal 2007-2009. Esta decisão vem facilitar o diálogo entre Organização e sociedade.

O plano de três anos apontava para os seguintes objectivos:

- Análise crítica ao uso das terras, incluindo o plano de gestão para as florestas, bem como a elaboração de uma nova estratégia para o desenvolvimento urbanístico na Paisagem Cultural de Sintra
- Continuação das acções de restauro e conservação, onde estão incluídas a reabilitação urbana dos parques, limpeza das florestas e restauro da maioria dos palácios
- Aumento de visitas aos parques e palácios devido às melhores condições e aos planos de interpretação das áreas

O relatório de 2008, vem alertar para a linha ténue que divide o número correcto de visitas, que ajudam a aumentar os fundos para a continuação dos diversos projectos levados a cabo pela PSML, e a sobrelotação dos parques e palácios que pode pôr em causa a qualidade dos espaços.

É ainda referida a falta de coordenação entre as diferentes entidades, que pode levar a decisões incorrectas e prejudiciais. Propõe-se assim, no mesmo relatório, a criação de um comité de direcção com vista a clarificar os assuntos e decisões para todo o território abrangido pela UNESCO e Zona Tampão.²⁰

Em Julho de 2009 e, tendo em conta o documento 33COM 7B.116, a UNESCO, ICOMOS e IUCN convidaram-se para uma visita a qual ocorreu entre 11 e 15 de Janeiro de 2010.

Esta missão teve como objectivos rever a situação da PCS, nomeadamente no que respeita a manter o seu valor universal perante as várias operações de gestão e acção, continuar a analisar os impactos urbanísticos e ainda gerir a pressão causada pelas visitas a monumentos e espaços Património da Humanidade:

²⁰ Anexo 15 – *Decision* 33COM 7B.116

- *“review the overall situation of the World Heritage property of Sintra with regard to the state of conservation of the site in its widest urban and landscape context, its integrity and authenticity, and how the current management mechanisms help to safeguard the Outstanding Universal Value of the property;*
- *review the implementation of the short-term Action Plan 2007-2009, in particular with regard to the restoration and gradual opening of the palaces and parks and the implementation of the recommendations of the 2006 mission as attached;*
- *discuss coordination mechanisms involving all relevant stakeholders responsible for the management of the property and its buffer zone;*
- *consider any requirements to revise the development plan of the municipality of Sintra, and to evaluate the overall development concept;*
- *discuss future opportunities for co-operation on conservation management and development as exchange of experience with other World Heritage sites;*
- *prepare a detailed report for review by the World Heritage Committee considering Operational Guidelines paragraphs 178-186 and 192-198, and submit the report to the World Heritage Centre in electronic form (not exceeding 10 pages; according to the enclosed format.”²¹*

Tal como foi requerido na decisão datada de 2008, a 1 de Fevereiro de 2010 a PSML entregou à UNESCO um relatório onde responde às questões então colocadas e expõe o estado de conservação da PCS. Neste documento defende-se o seguinte (PSML, 2010):

- A capacidade de carga está longe de ser excedida em qualquer dos locais preservados. O pico de visitas ao Palácio da Pena deu-se no dia 12 de Agosto de 2008, com 4.163 pessoas.
- Cerca de 90% das licenças passadas pela CMS correspondem à reabilitação urbana no Centro Histórico. Entre 2004 e 2008 foram reabilitados quase 100 edifícios. De facto, em 2007 foi criada Sociedade de Reabilitação Urbana (SRU

²¹ Anexo 16 – Visita 11-15 de Janeiro 2010

Sintra Património), como sendo um suporte legal à reabilitação do Centro Histórico.

- A promoção de Sintra aumentou com a inclusão do TP como accionista. Para além disso, quer a PSML, quer a CMS têm vindo a dinamizar novas atracções turísticas em Sintra para que a sazonalidade não seja tão patente, nomeadamente, novos circuitos temáticos, horários alargados, planos para escolas e seniores, que têm como finalidade a orientação para um turismo mais sustentável
- Quanto ao comité de direcção proposto, foi explicado que, por a Zona de Tampão e Zona de Transição passarem pelo PNSC, que por sua vez é legalmente regulado pelo Plano de Ordenamento do Parque Natural de Sintra – Cascais (POPNSC) e administrado pelo Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade (ICNB), qualquer transformação que se pretenda efectuar, necessita que todas as instituições públicas e privadas tenham de cumprir com os planos inerentes. Para além disto, a PCS ainda é regulada pela Lei nº 107/2001. Face à proposta do ICNB, o Ministro do Ambiente decidiu em 9 de Outubro de 2009, que o quadro de directores da PSML seria o órgão executivo da PCS.

III. O PLANO DE GESTÃO

“Plans are only good intentions unless they immediately degenerate into hard work.”

Peter Drucker (1909-2005)

3.1. Origem dos Planos de Gestão

Tendo em conta que o número de locais considerados como património da humanidade tem vindo a crescer ao longo dos anos, o acompanhamento com vista à salvaguarda dos interesses da população residente, turistas e entidades que influenciam o comportamento dos diversos actores da sociedade, é suportado através de planos de gestão. Nestes, devem estar claramente identificadas as oportunidades e desafios, as estratégias, políticas e planos de acção.

Na tentativa de analisar a relevância para a UNESCO dos planos de gestão, importa examinar as últimas linhas de orientação estabelecidas, cujo objectivo pretende assegurar a mais correcta implementação da Convenção de 1972.

Estas orientações têm como principais intervenientes (UNESCO, 2008, pp.12):

- a) “Os Estados Parte na Convenção do Património Mundial
- b) O Comité Intergovernamental para a Protecção do Património Cultural e Natural de Valor Universal Excepcional
- c) O Centro do Património Mundial da UNESCO, na sua qualidade de Secretariado do Comité do Património Mundial
- d) As Organizações Consultivas do Comité do Património Mundial
- e) Os gestores de sítios, as partes interessadas e os parceiros envolvidos na protecção dos bens do Património Mundial.”

Iniciando o estudo pelas orientações de 1996 - um ano após a entrada de Sintra na lista da UNESCO - e 2002, é possível encontrar documentos com directrizes semelhantes sobre a forma como deve ser gerida uma paisagem cultural. Pela primeira vez, desde a

Convenção de 1972 foram consideradas novas forma de protecção que realçavam a importância da existência de mecanismos de gestão correctamente estabelecidos, acompanhados de legislação nacional e/ou municipal. Deveria dar-se especial atenção aos locais mais visitados, a fim de conservar e preservar a identidade dos espaços (UNESCO, 1996 e 2002).

A partir de 1998, o termo “sustentável” começa a ganhar dimensão nos textos da UNESCO salientando a necessidade de se proceder ao uso correcto das terras e à manutenção dos espaços, a fim de permitir conservar as paisagens culturais e garantir ainda a gestão de todo o ambiente envolvente.

As linhas de orientação editadas em 2005 e actualizadas em 2008, esclarecem detalhadamente como devem ser processados os sistemas de gestão. A protecção do bem deve atender a um plano de gestão adequado às suas características específicas sem no entanto descuidar os seguintes elementos comuns (UNESCO, 2008, pp.33):

- a) “Um conhecimento aprofundado e devidamente partilhado do bem por todas as partes interessadas
- b) Um ciclo oficial e não-oficial de planeamento, execução, acompanhamento, avaliação e reacção
- c) A participação dos parceiros e partes interessadas
- d) A afectação dos recursos necessários
- e) O reforço das capacidades
- f) Uma descrição contabilística transparente do funcionamento do sistema de gestão.”

Em comum, todas as linhas de orientação mencionadas preconizavam que, no caso da inexistência de um plano de gestão no momento de candidatura, deveriam ser providenciados planos operacionais onde constassem princípios de carácter preventivo que pudessem conduzir ao plano pretendido. O caso da PCS é um destes exemplos já que na altura da sua inscrição, não esquecendo que já passaram 15 anos desde a entrada na UNESCO, não existia qualquer plano de gestão associado. É só em 2000, como já

explanado anteriormente neste trabalho, que é estipulada a necessidade de um ou mais programas de gestão.

Tratando-se de uma lista cada vez mais extensa, os padrões de conservação revelam-se extremamente rigorosos. A prova de que a UNESCO tem como principal intenção assegurar a permanência de todos os sítios na sua lista, é apoiada pela progressiva exigência de formalidades, ainda inexistentes em 2002, mas que já surgem integradas numa proposta de inscrição substancialmente mais detalhada desde 2005, e que se mantém em 2008.

O ponto 5 do formato da proposta de inscrição intitula-se “Protecção e gestão do bem” e trata do plano de gestão, o qual deve “versar aspectos de política geral, do estatuto jurídico e das medidas de protecção, e bem assim de aspectos práticos da administração e da gestão quotidianas” (UNESCO, 2008, pp.100)

Entre as datas de emissão destas linhas de orientação (1996 a 2008), o número de propriedades inscritas na lista da UNESCO aumentou cerca de 74%, passando de 505 a 878 sítios.

Também a lista de Património Mundial em risco aumentou de 22 locais em 2006, para 30 em 2008 (UNESCO, 2010). As razões para o Comité inscrever um bem nesta lista são (UNESCO, 2008, pp.50):

- a) “O bem em causa figura na Lista do Património Mundial
- b) O bem está ameaçado por perigos graves e específicos
- c) São necessárias obras de grande envergadura para a salvaguarda do bem
- d) O bem foi objecto de um pedido de assistência nos termos da Convenção: o Comité é de parecer que, em certos casos, a assistência pode assumir a forma de uma mensagem a exprimir as suas preocupações. A inscrição do bem da Lista do Património Mundial em Perigo pode, por si só, constituir essa mensagem, e essa forma de assistência pode ser pedida por qualquer membro do Comité ou pelo Secretariado.”

Se porventura os documentos analisados têm uma informação geral bastante semelhante, o mesmo não se poderá dizer dos relatórios elaborados por IUCN/ICOMOS

e UNESCO. Estes são directos, concisos e pretendem mostrar o caminho certo para o sucesso de cada lugar.

Os níveis de competitividade são enormes e como tal as sugestões, exigências e decisões definidas nos relatórios da UNESCO devem ser imediatamente acatadas, pois caso contrário, a inscrição na lista de locais perigo pode tornar-se eminente.

Actualmente, dos 911 sítios inscritos, 34 já são considerados em perigo

Por estas razões, os planos de gestão devem ser criteriosamente elaborados e executados a fim de que cada sítio Património da Humanidade continue a merecer essa notação.

3.2. Acções para o desenvolvimento turístico na Paisagem Cultural de Sintra

Embora só disponibilizado em 24 de Janeiro de 2005, o PGPCS teve início em 2004, com um período de vigência de cinco anos, e apresentando como Opções Estratégicas 13 objectivos principais.

Tendo em conta o âmbito deste trabalho, importa mencionar os seguintes (CMS, 2005):

- “Garantia da continuidade e sustentabilidade do desenvolvimento integral de Sintra, aplaudindo o potencial do turismo como contributo para viabilizar as áreas históricas”
- “Divulgar o Património de Sintra no mundo, tornando-se mais universal, dando relevo à herança tangível e intangível e dar a Sintra um papel de líder na gestão das paisagens culturais”
- “Promover o turismo cultural e de qualidade e organizar melhor o turismo para maximizar limitando os efeitos perversos”
- “Dinamizar actividades económicas que possam permitir a qualificação da imagem de Sintra e fazer beneficiar as actividades específicas da região face à presença do património.”

No que respeita à conservação, restauro e protecção, o PGPCS apresenta acções a desenvolver no Centro Histórico, Palácio de Monserrate, Chalet da Condessa D’Elda,

Palácio Nacional de Sintra, Palácio da Pena, Palácio e Quinta da Regaleira, Castelo dos Mouros, Convento de Santa Cruz dos Capuchos, Parque de Monserrate, Parque da Pena, Património Natural do Castelo dos Mouros e Cerca do Convento de Santa Cruz dos Capuchos.

As intervenções no Centro Histórico, estão inseridas no “Projecto Integrado” e têm a colaboração do Instituto de Financiamento e Apoio ao Turismo. As restantes têm como actores a CMS, a PSML, o Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico (IGESPAR), a Fundação CulturSintra, PNSC, a Direcção Geral de Recursos Florestais, as entidades reguladoras dos espaços, entre outros. A dotação financeira, aliada às acções determinadas para a PCS, perfaz um total de 16.138.747,68 euros.

Adicionando os gastos orçamentados para a zona tampão e de transição, o total ascende a 30.747.994,19 euros. O aumento do valor para aproximadamente o dobro prende-se com a implementação da rede municipal para ciclovias.²²

A forma apresentada no PGPCS para promover e divulgar o melhor da PCS integra alguns eventos que, nos dias de hoje, são devidamente reconhecidos no panorama cultural português, muitas vezes, e principalmente, pelos programas culturais alternativos. É o caso do Festival de Sintra que oferece recitais de música, piano, espectáculos de dança e concertos. Potencia diferentes sensações nos vários espaços patrimoniais, sempre com produtos culturais de qualidade. Para além deste festival específico, é possível encontrar no Centro Olga Cadaval, na Quinta da Regaleira e no Museu Arqueológico de São Miguel das Odrinhas, diversos espectáculos que têm por fim chamar plateias com gostos diferenciados. Também as festas e os dias comemorativos permitem que a população experiencie de outra forma a sua área de residência e impulsiona a visita de terceiros.

Ainda como promoção e divulgação de Sintra, o PGPCS disponibiliza vários percursos destinados aos jovens, para que estes se familiarizem e compreendam o património cultural.

As exposições culturais, cursos e ateliês permitem desenvolver em Sintra uma relação próxima entre o visitante, população local e instituições culturais. É importante que os

²² Anexo 17 – Rede Municipal de Ciclovias

habitantes de Sintra usufruam do seu património cultural reconheçam o real valor e significado do seu lugar.

Os colóquios e seminários pretendem atrair outro tipo de visitante. A proximidade de Lisboa é uma mais-valia para Sintra tornando-a capaz de oferecer espaços para encontros de empresas e estadia.

Várias iniciativas têm também vindo a ser executadas pela CMS no sentido de promover o turismo em Sintra, nomeadamente o de âmbito cultural.

Em 1997, e perante a necessidade de conservação e salvaguarda do património histórico, arquitectónico, artístico e natural, surge a CulturSintra. A integração na lista da UNESCO serviu de mote para esta Fundação de direito privado desenvolver diversas participações com agentes culturais e económicos a fim de atender às novas responsabilidades que acarreta a denominação “Paisagem Cultural”.

A CulturSintra está sediada na Quinta da Regaleira, sendo responsável pela gestão turístico-cultural e patrimonial daquele espaço. Dotada de um restaurante, cafetaria, loja e livraria especializada, é possível, no seu perímetro, realizar visitas temáticas, actividades pedagógicas, assistir a espectáculos de teatro, música e recitais e ainda participar em seminários e conferências. Em 2002, a Regaleira foi classificada como Imóvel de Interesse Público pelo Decreto nº 5/2002 de 19 de Fevereiro.

A Fundação CulturSintra tem ainda um papel preponderante na investigação incidente na recuperação das memórias e na valorização patrimonial, nomeadamente em projectos de interpretação e tratamento documental sobre a Quinta da Regaleira, Sintra e o Romantismo, Carvalho Monteiro, entre outros temas.

Estando presente em muitos pacotes turísticos, como um dos principais monumentos de Sintra, a Quinta da Regaleira é bastante visitada por turistas, excursionistas, escolas e habitantes locais.²³

Outra iniciativa para promover Sintra é a oportunidade de aceder à *newsletter* da CMS, enviada por *e-mail*, o que permite estar informado sobre o concelho. Para a receber basta inscrever-se no site da Câmara Municipal e escolher entre os diversos temas

²³ Informação retirada do portal da Fundação CulturSintra, onde não existe referência à data de publicação.

possíveis: ambiente, cultura e turismo, educação, obras e projectos municipais, desporto, etc.²⁴

Em 2009, a CMS apresentou um programa de promoção turística intitulado “Sintra, Capital do Romantismo”. Com a duração de quatro anos, este investimento de 1,2 milhões de euros é uma parceria da CMS com a ATL e o TP no sentido de fixar os turistas em Sintra através de iniciativas que envolvem vários intervenientes, como hotéis, restaurantes, operadores turísticos e outras associações. Pacotes com experiências e roteiros temáticos são uma grande aposta para a permanência do visitante por mais de um dia.

Figura 3 – Logótipo da marca “Sintra, Capital do Romantismo”



Fonte: Câmara Municipal de Sintra

No âmbito deste programa, foi criada a marca com o mesmo nome, que pretende transmitir como principais valores o romance, a fantasia, a qualidade e o misticismo; como missão, garantir a identidade e exclusividade, sistematizando a oferta turística; como visão, tornar Sintra num local ideal para celebrar ou viver momentos mágicos. A promoção na imprensa foi manifestamente planeada e cuidada de forma a tornar-se atractiva.

²⁴ Disponível no *site* da CMS, onde não consta a data de início desta funcionalidade

Figura 4 – Anúncios de Imprensa



Fonte: Câmara Municipal de Sintra

Com a intenção de facilitar o conhecimento das ofertas de Sintra, foram construídos dois sites, disponíveis em três idiomas - português, inglês e castelhano - que pretendem dar respostas àquilo que o visitante procura.

O sintraromantica.net é um meio de divulgação que engloba os vários materiais de promoção. Nele é possível conhecer um pouco mais sobre a história de Sintra, quais os itinerários disponíveis, as ofertas para o segmento turístico MICE (*Meetings, Incentives, Conventions and Exhibitions*), a gastronomia, sugerindo-se restaurantes, o alojamento e os meios de transporte existentes.

Por se entender que a visita aos parques de Sintra está demasiado dependente dos veículos automóveis, com a implementação do programa “Sintra, Capital do Romantismo”, foram lançados três itinerários distintos que podem ser percorridos de carro ou a pé: “Jardins Românticos”, “Místico”, e “Património e Natureza”. Existem também circuitos pedestres como a “Grande Rota”, com a duração de 6 horas e as “Pequenas Rotas” por Santa Maria, Pena, Seteais, Castelo e/ou pelas Quintas.²⁵

O outro site, denominado sintrainn.net, é uma plataforma onde se dá a conhecer o alojamento local, com a descrição do espaço e respectivos contactos. Para uma busca mais facilitada, o alojamento está dividido em três categorias: “Serra e Campo”, “Vila e Zona Urbana” e “Praia e Litoral”. Também se pode pesquisar pelo local pretendido,

²⁵Itinerários disponíveis no site www.sintraromantica.net, onde não referida a data de publicação.

limites de preço e/ou tipologia. Ao longo dos quatro anos deste programa de promoção turística, pretende-se desenvolver neste site, uma central de reservas de alojamento.

O programa “Sintra, Paisagem Romântica”, não esquece as funcionalidades das redes sociais e por isso está presente no *facebook*, no *flickr*, no *youtube* e no *twitter*. Nos dias de hoje, o turista é alguém informado, curioso e que pesquisa entre várias opções. As TIC's (Tecnologias de Informação e Comunicação) estão cada vez mais presentes no mercado turístico e, a Internet, com a comercialização de serviços e produtos turísticos, tem vindo a alcançar um papel preponderante na decisão das férias e destinos das pessoas. Cabe aos organismos conseguirem acompanhar o progresso, apresentando ferramentas que permitam desenvolver funcionalidades destinadas ao consumidor.

Não esquecendo a atracção que os eventos podem suscitar, o plano de animação que tem vindo a decorrer em 2010 inclui exposições caninas, rota das feiras e torneios, rota do vinho de Colares, que se realizou este ano pela primeira vez, o *Sintra Fashion*, ocorrido a 16 de Julho, e ainda o mundial de *Bodyboard Sintra Portugal Pro*, que aconteceu entre 24 e 29 de Agosto. Pela primeira vez realiza-se em Outubro, no Centro Olga Cadaval, o Festival *Sintra Misty*, que pretende explorar as novas tendências da música portuguesa de autor com concertos de artistas *pop*, *folk*, *rock* e *electro*.

No sentido de continuar a dinamizar o programa de promoção turística, a CMS assinalou o dia mundial do turismo (27 de Setembro), com a oferta de um *voucher* aos visitantes que permitia beneficiar de um desconto nos diversos bares, cafés e restaurantes aderentes (Publituris, 2010).

A prova de que este é um programa vencedor no panorama turístico-cultural, é confirmada pela atribuição do 1º Prémio do Festival Internacional de Filmes de Turismo, que decorreu entre os dias 23 e 26 de Setembro. O filme promocional de “Sintra, Capital do Romantismo”, que destaca a paisagem natural, os palácios e jardins, venceu na categoria de “*Best Documentary*”.²⁶

²⁶ Informação partilhada pelo portal Sintra, Capital do Romantismo em Setembro de 2010

3.3. Gestão do Património: a empresa Parques de Sintra – Monte da Lua, SA

Face à distinção atribuída pela UNESCO à PCS em 1995, que implicou uma maior responsabilidade e uma gestão exigente, surgiu, como referido no capítulo anterior, a empresa PSML. Com início de actividade em 2000, trata-se de uma sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos, regulamentada pelas directrizes determinadas no DL n.º 215/2000 de 2 de Setembro.

Os poderes legais conferidos à PSML são os seguintes:

- “Direito de utilizar e administrar os bens do domínio público que estejam ou venham a estar afectos ao exercício da sua actividade.” (art.º 5º, alínea b)
- “Protecção, desocupação, demolição e defesa administrativa da posse dos terrenos e instalações que lhe estejam afectos e das obras por si executadas ou contratadas, podendo ainda, nos termos da lei, ocupar temporariamente os terrenos particulares de que necessite para estaleiros, depósito de materiais, alojamento de pessoal operário e instalação de escritórios, sem prejuízo do direito a indemnização que houver lugar.” (art.º 6º, n.º 2)

A gestão da empresa é assegurada através da venda de bilhetes, das lojas, aluguer de espaços e mecenato. Mas este modelo que a PSML idealizava como excelente, só veio realmente a delinear-se a partir de 2006, sendo que, até esse ano, se assistia a um grande desequilíbrio nas contas como é possível observar na tabela 4 (PSML, 2006).

Tabela 4 – Evolução do Passivo da PSML

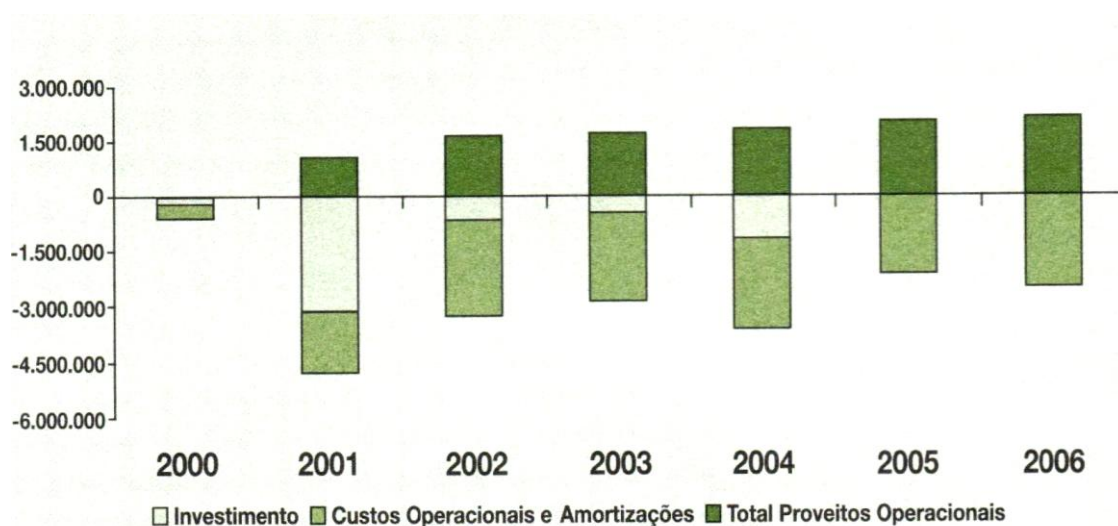
	2000	2001	2002	2003	2004	2005
Total Passivo (euros)	229.258,41	4.839.116,85	6.847.644,23	6.386.096,12	8.223.434,79	9.192.948,86

Fonte: Relatório e Contas 2006 – PSML

Inicialmente, os accionistas pensaram que os investimentos destinados ao património, como a recuperação do Convento dos Capuchos, restauros de jardins, parques de estacionamento, bilheteiras etc., fossem colmatados através de fundos comunitários como o POA (Programa Operacional do Ambiente). Porém, e atendendo a que a

reabertura dos parques ao público carecia de dispendiosas intervenções, as candidaturas para a maioria das obras pretendidas não alcançaram o sucesso desejado, causando assim um imenso desequilíbrio nas contas da empresa, face aos investimentos realizados. O agravamento do passivo entre 2000 e 2001 ditou o efeito “bola de neve”, sendo que em 2002 já se apontava para falência técnica.

Gráfico 9 – Proveitos Operacionais vs. Investimento e Custos Operacionais, em euros



Fonte: Relatório e Contas 2006 – PSML

O gráfico 9 explica que o acumular de passivo da empresa não se deveu somente à falta de apoio por parte dos programas comunitários, já que o próprio resultado operacional também se apresenta negativo. Contudo, deve salientar-se o esforço na procura de equilíbrio desenvolvido a partir de 2004.

3.3.1. Ano 2006

Em 2006 um novo Conselho de Administração (CA) concluiu os relatórios e contas de 2004 e 2005, e realizou um estudo de viabilidade financeira que alertou os accionistas para o facto das receitas provenientes das bilheteiras e aluguer de espaços não serem suficientes para assegurar o funcionamento da empresa. Face a esta realidade, foram

consideradas duas alternativas: encerrar a empresa e encontrar outros organismos que respondessem aos compromissos do Estado perante a UNESCO, ou reestruturar a empresa com novas medidas económicas.

Assim, em Setembro de 2006, foi aprovado pelos accionistas um aumento de capital, através de dotações por parte dos mesmos, no valor de 9,2 milhões de euros realizados em quatro prestações anuais e sucessivas proporcionais à sua participação no capital tendo, ainda, sido deliberada a contracção de um empréstimo bancário por parte da sociedade, no montante do capital em falta – 4,1 milhões de euros.

No final de 2006 a dívida a fornecedores decresceu de 4,140 para 1,269 milhões de euros, e o passivo reduziu-se de 9,2 para 6,4 milhões de euros.

Dado este importante passo no equilíbrio da estrutura financeira da empresa, era ainda necessário providenciar o aumento de receitas. Assim, identificaram-se o Palácio e Parque da Pena como propriedades que poderiam trazer vantagens para a PSML. Estes dois espaços que, até à data, eram tutelados por diferentes organismos (o Parque pertencia ao ICN e o Palácio ao IPPAR) passaram, com uma só tutela, a potenciar os valores patrimoniais e turísticos, permitindo obter benefícios culturais e económicos.

2006 foi definitivamente um ano de mudanças para a empresa PSML. Com o novo CA, e a angariação da Pena, novas reestruturações contribuíram para uma gestão mais eficaz:

- Acções de divulgação, no sentido de melhor acolher os visitantes, aliado ao crescimento do turismo em Portugal, e nomeadamente em Sintra, conduziram a 650.000 visitas, o que correspondeu a um aumento na ordem dos 9%. Estas acções passaram pela constituição de várias iniciativas, tais como a edição de mapas de percursos em três línguas para os quatro parques (Pena, Mouros, Monserrate e Capuchos)²⁷, as novas imagens para cada um dos mesmos, o reforço da identidade com a criação do site parquesdesintra.pt e o estabelecimento de parcerias com a imprensa a fim de divulgar as actividades desenvolvidas nos diferentes espaços.

²⁷ Anexo 18 – Mapa Parques de Sintra: PSML

- Novos programas de visita, com a promoção de visitas guiadas e produtos específicos para escolas, o que proporcionou, 17.334 visitas em 2006. Desde esse ano, e como tentativa de combater a sazonalidade, acrescentaram-se ainda, os programas sénior, de tempos livres (vacionado para as férias escolares), de aniversário (para crianças dos 6 aos 12 anos) e workshops de jardinagem.
- Relançamento do investimento para os anos seguintes, através de candidaturas baseadas em fundos europeus: EEA (European Environment Agency), AGRO (Programa Operacional Agricultura e Desenvolvimento Rural) e POA.

As bilheteiras, fonte principal de receita, sofreram mudanças na sua organização, tendo sido demolidos os antigos Centros de Atendimento ao Visitante e instaladas novas estruturas totalmente integradas na paisagem que as rodeia. As três novas bilheteiras permitiram que no verão de 2006, o tempo de espera fosse substancialmente reduzido. Foram ainda criados novos tipos de bilhete para responder aos diferentes segmentos de procura: bilhete de família, passe 4 parques e entrada gratuita para os munícipes (ao domingo de manhã).

Para consolidar o objectivo de captar novos públicos, a PSML conseguiu no mesmo ano estabelecer três protocolos. Com a Associação Portuguesa das Agências de Viagem e Turismo (APAVT), negociaram-se descontos especiais aos sócios que adquiram grandes quantidades de bilhetes. Com esta iniciativa pretende-se incentivar as agências de viagens e operadores turísticos a promoverem os parques, sobretudo os de Monserrate e Capuchos. Com a Sintratur, foi celebrado um outro protocolo que, no mesmo ano, levou ao início de passeios de charrete como incentivo às visitas. Para finalizar, a PSML juntou-se à FNAC para que os portadores do cartão Fnac beneficiem de descontos na aquisição de bilhetes nos parques afectos à PSML.

Com o que tem sido exposto ao longo deste trabalho e, com os resultados que ainda serão apresentados, compreende-se que, apesar da empresa PSML ter iniciado funções em 2000, a comunicação e o conhecimento sobre os objectivos a alcançar, foi, durante alguns anos, praticamente inexistente. O momento de viragem surge em 2006 com um sistema de gestão estruturado, implementado por uma nova administração, que começa por saldar dívidas estabelecendo acordos com os credores, construindo, ao mesmo tempo, uma imagem coerente e respeitosa. A PCS é a partir desse ano, gerida de forma

mais assertiva, apresentando à UNESCO um melhor desempenho, associado a novas iniciativas na área classificada (PSML, 2006).

3.3.2. Ano 2007

Na sequência do Programa de Reestruturação da Administração Central do Estado (PRACE), que visa reorganizar alguns serviços públicos otimizando os recursos físicos e humanos no sentido de os tornar mais eficientes, modernos e simples, o DL n° 97/2007 de 29 de Março, aprova a fusão do Instituto Português dos Museus com o Instituto Português de Conservação e Restauro, que passa a designar-se Instituto dos Museus e Conservação (IMC). Esta junção acarreta ainda “a transferência da tutela dos Palácios Nacionais, até aqui integrados organicamente no IPPAR como serviços dependentes, para o IMC, concentrando assim numa única instituição as estruturas museológicas afectas ao Ministério da Cultura.”

Com o PRACE, também o IPPAR sofreu uma fusão com o Instituto Português de Arqueologia, dando origem ao IGESPAR.

Perante a necessidade de formalizar a passagem do Palácio da Pena para a gestão da PSML e de modificar a estrutura accionista, é publicado o DL n° 292/2007 de 21 de Agosto. Este documento redefine a posição accionista, integrando o TP como sucessor do Estado e passando a distribuir-se da seguinte forma:

- a) ICNB – 36%
- b) TP – 15%
- c) IMC – 34%
- d) Município de Sintra – 15%

Assegura-se ainda a inclusão do Palácio da Pena, Palácio de Monserrate e Palácio de Seteais na carteira de espaços geridos pela sociedade.

A responsabilidade social foi um aspecto que a PSML não quis deixar de lado. Recorrer ao voluntariado para actividades empresariais não é muito comum em Portugal. Porém, aquando da replantação da zona circundante do Convento dos Capuchos, a colaboração

necessária foi dada nesse regime e, desde aí, a integração de voluntários nestas iniciativas tem sido uma prática comum.

A atestar essa colaboração, em 4 de Junho de 2007, foi assinado um protocolo com a Direcção Geral dos Serviços Prisionais, no qual se prevê que os reclusos do Estabelecimento Prisional de Sintra integrados no Regime Aberto Virado ao Exterior, trabalhem na PSML e sejam devidamente remunerados em conformidade com a área técnica em que prestem serviços. O sucesso de programa “Património Gera Inclusão” (PGI), comprovado pela tabela 5, deve-se no essencial à motivação dos colaboradores tendo, inclusivamente os que mais se distinguem, sido integrados através de contratos, celebrados após cumprimento das penas.

De referir ainda que, aos reclusos que trabalharam na PSML, e que já se encontram em liberdade, não é conhecida nenhuma reincidência criminal.

Tabela 5 – Inclusão na PSML

	2007	2008	2009*
Reclusos na PSML	30	25	5
Nº médio na PSML/mês	21	21	21
Contratados após pena	2	6	2

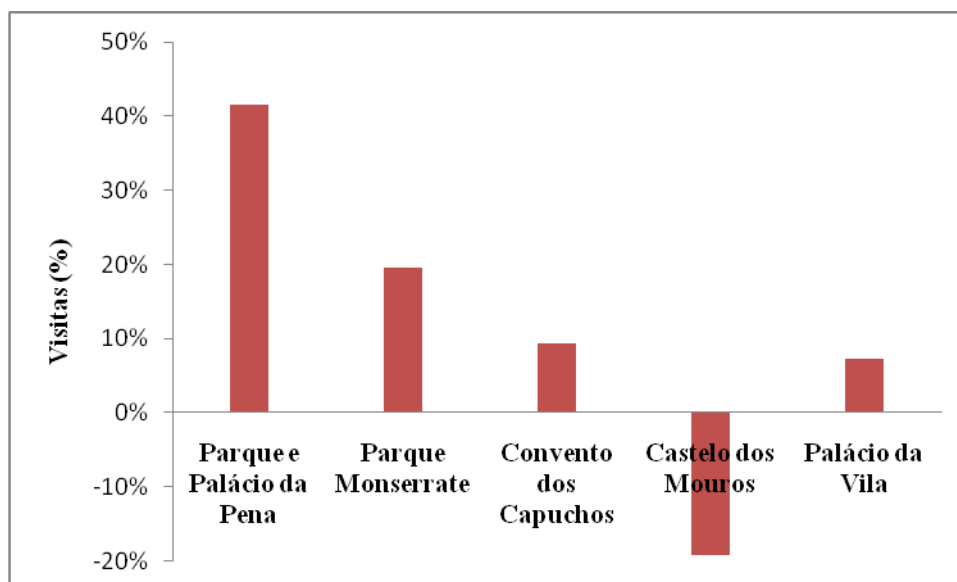
* Até Agosto

Fonte: Parques de Sintra – Monte da Lua, SA

A 10 de Fevereiro de 2009, este projecto foi reconhecido com a entrega do primeiro lugar na categoria iniciativa empresarial responsável e inclusiva. Tendo sido um dos cinco vencedores da fase nacional dos Prémios Europeus de Iniciativa Empresarial, foi seleccionado para representar Portugal na final europeia.

Como já foi mencionado, a integração do Parque e Palácio da Pena na PSML, revelou-se uma mais-valia no alcance dos objectivos estipulados pelo CA. As visitas a estas duas propriedades, que passaram a ser consideradas como uma unidade, registaram um aumento de 41,5%, contribuindo para um total de 778.589 visitas nas áreas geridas pela empresa – mais 120.000 do que no ano anterior, aproximadamente.

Gráfico 10 – Variação das Visitas 2006 - 2007 (%)



Fonte: Relatório e Contas 2007 – PSML

O gráfico 10 mostra também que entre 2006 e 2007 todos os monumentos registaram um aumento no número de visitas, excepção feita para o Castelo dos Mouros, em virtude da sua proximidade com a Pena que dispõe de um leque de atracções mais vasto. Esta linha de evolução que se vem a verificar desde 2006 é reconhecida pelas obras executadas no Palácio da Pena, pela agilização de serviços que anteriormente se sobrepunham, pelo aumento do número de turistas espanhóis (daí toda a informação disponível estar documentada em castelhano) e pela revisão do sistema de segurança. Em suma, a constante preocupação com o conforto dos visitantes é o ponto-chave das iniciativas promovidas pela PSML.

Alguns projectos foram pensados em 2007 com o objectivo de serem executados no biénio 2008-2009 (PSML, 2007):

- Novo sistema de circuito fechado de televisão para espaços edificados e florestais, com uma central integrada de segurança instalada no interior do Palácio da Pena
- Novo sistema de bilhética (incluindo venda pela internet) e controlo de acessos ao Palácio da Pena que permitem ao visitante saber antecipadamente qual a sua hora de entrada no Palácio. Este sistema pretende, particularmente no verão, que

a capacidade de carga não seja excedida e com isso assegurar o conforto do visitante e a salvaguarda do monumento

- Painéis contadores de viaturas, que informem sobre o melhor lugar para estacionar ao longo da Calçada da Pena. Pretende-se um melhor escoamento de trânsito e que os automóveis não entrem na Calçada sem estacionamento garantido
- Soluções multimédia que consistem em serviços *mobile* que possibilitarão obter informações variadas sobre o parque (horários, local de interesse mais próximo, etc.); serviço *info-mobile* com informação online sobre o parque e com a possibilidade de adquirir cartões de memória onde conste informação relevante; serviço *local-info* que permitirá estar informado através do PDA sobre o ponto de interesse em que se encontra; e painéis exteriores que transmitirão horários dos parques PSML, pontos de interesse, etc.

Perante a actuação de 2007, conclui-se que o principal foco de atenção foi a gestão do Parque e Palácio da Pena que, desde a implantação da República, se encontravam separados e como tal tinham modelos de gestão diferentes e bastante individualizados. A prioridade consistiu em divulgar estes dois espaços como unidade, contratar técnicos especializados em diversas áreas com vista a melhorar a qualidade dos serviços e estancar os problemas detectados nas infra-estruturas.

O aumento considerável do número de visitas nos parques PSML demonstra que o rumo tomado desde 2006 foi o mais sensato, permitindo assim que a empresa continue a apostar no bem-estar do visitante, bem como no acompanhamento das evoluções tecnológicas que podem ser aproveitadas como parte integrante do desenvolvimento das áreas.

O facto de em 2010, a sociedade ter sido designada como entidade gestora pela UNESCO (capítulo 2), permitiu que o modelo de gestão da PCS fosse reformulado a fim de dissolver as dúvidas e incertezas presentes nos relatórios de decisão.

3.3.3. Ano 2008

Tendo em conta o que tem sido apresentado, 2007 consolidou indiscutivelmente a viragem da empresa iniciada em 2006.

As actividades desenvolvidas pela PSML evidenciaram a continuação de um desempenho crescente que se reflectiu em excelentes resultados para 2008. Estes são representados por um aumento de 91% nos resultados líquidos, que atingiram nesse ano o valor de 1,568 milhões de euros.

Tabela 6 – Evolução das Receitas Operacionais, em euros (2006-2008)

	2006	2007	2008
Bilheteiras	1.958.646	3.796.932	5.346.784
Restauração	1.161	92.562	544.313
Lojas	85.586	171.221	186.946
Outras Actividades	78.435	933.982	180.595
Total	2.124.828	4.154.107	6.258.639
Varição Total Anual (%)		96%	51%

Fonte: Relatório e Contas 2008 – PSML

Para este valor contribuíram os proveitos operacionais que demonstraram variações positivas significativas (tabela 6). Como seria de prever, as bilheteiras são a fonte com melhor desempenho: entre 2006 e 2008 o Parque e Palácio da Pena aumentaram as suas receitas em cerca de 223%; também o Castelo dos Mouros que, apesar de entre 2006 e 2007 ter diminuído em número de visitas, apresentou um crescimento de receitas de cerca de 103% nos três anos em análise. Quanto aos outros dois monumentos – Parque de Monserrate e Convento dos Capuchos – tiveram uma evolução de aproximadamente 48% e 15% respectivamente.

Interessa salientar que as outras fontes de receita também concorreram para este crescimento. É o caso das lojas e da área de restauração que, com as cafetarias de Monserrate e do Palácio da Pena em laboração, passaram a facturar bastante mais.

A recuperação de infra-estruturas básicas (recuperação dos muros e de alguns caminhos e limpeza florestal), a organização de uma base topográfica de todas as propriedades (de

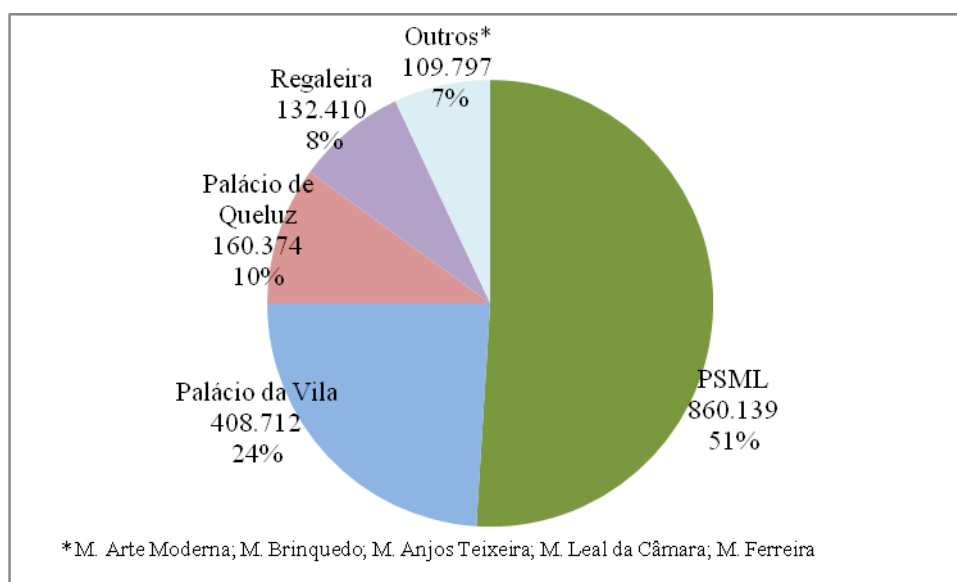
modo a estabelecer uma plataforma rigorosa e uniforme que possa suportar sistemas de gestão de património e projectos de informação aos visitantes) e a requalificação das águas subterrâneas, constituem acções de preservação, salvaguarda e promoção do património. Estas diligências têm resultado num acréscimo do número de visitas que se traduzem num crescimento das receitas operacionais o que, por sua vez, possibilita a concretização de maiores investimentos.

As várias acções de apoio ao visitante continuam a ser fulcrais. Salienta-se o reforço de edição de mapas e folhetos distribuídos em empresas de circuitos turísticos, hotéis e através da ATL (da qual a PSML se tornou sócia em Outubro de 2008), e o contrato estabelecido para o aluguer de bicicletas eléctricas na Vila de Sintra, combinado com o bilhete de visita aos vários parques.

O projecto *Bike Parques* foi implementado em Junho, com a disponibilização 15 bicicletas munidas de GPS e cartas de localização dos principais monumentos. Para além desta iniciativa, também o autocarro movido a gasóleo, que se deslocava entre o portão principal do parque e o palácio da Pena, foi substituído por um autocarro eléctrico (Público, 2008). Para além destas iniciativas que demonstram a preocupação da empresa com o meio ambiente, também em 2008 foi assinado um protocolo com a Tivoli Hotels & Resorts, intermediado pela empresa Ecoprogreso, que oferece a possibilidade aos clientes dos hotéis daquele grupo de compensarem as emissões de carbono associadas à sua estadia, com a plantação de árvores em zonas específicas na Tapada D. Fernando II.

No ano em questão, o turismo em Sintra totalizou 1.671.432 visitas, sendo que, as propriedades geridas pela PSML, obtiveram 860.139 visitas (gráfico 11), que consubstanciaram um aumento de 10,52% e de 32,37% quando comparadas com as entradas em 2007 e 2006 respectivamente.

Gráfico 11 – Turismo em Sintra: Visitas em 2008



Fonte: Relatório e Contas 2008 – PSML

Para a obtenção destes resultados, deve destacar-se a publicidade desenvolvida no site da empresa, conjugada com a promoção na imprensa dos novos mapas dos vários parques, em particular o mapa geral de acesso aos quatro parques, distribuído no Jornal Público de 20 de Setembro de 2008. Importa novamente realçar a importância das visitas guiadas e escolares. Neste ano, os alunos contribuíram com 24.237 visitas.

A publicação de um guia de Percursos Botânicos foi mais um objectivo alcançado em 2008. Trata-se de um projecto iniciado no ano anterior, com a fase de etiquetagem de espécies existentes no Parque da Pena.²⁸

As restantes actividades, como o aluguer e concessão de espaços e os eventos, entre outras, tiveram um crescimento de 93,4%, o que significa que a empresa vem apostando na diversificação de outras fontes de receita, com base no aproveitamento de recursos próprios (PSML, 2008).

Pelo facto da PSML funcionar através de receitas geradas pela abertura do património ao público, os objectivos a que se propõem, devem ter em conta que o interesse dos visitantes depende do estado de conservação dos parques e palácios, da oferta diversificada e das melhores condições de acolhimento. Tendo a real noção das

²⁸ Anexo 19 – Localização das espécies botânicas – Parque da Pena

prioridades, mantêm o compromisso de se tornar a empresa de referência de gestão dos parques históricos.

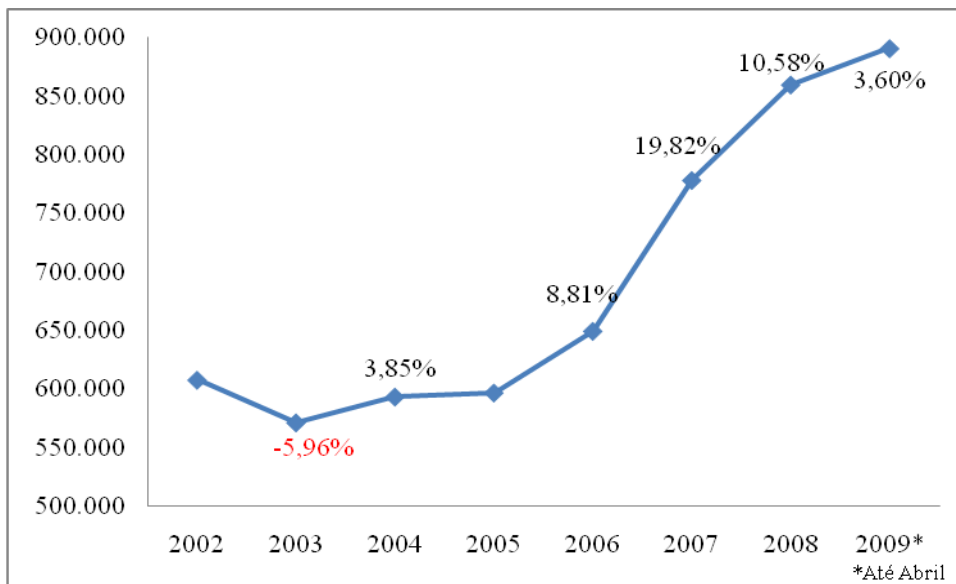
3.3.4. Anos Seguintes

Entre 2009 e o corrente ano, as acções desenvolvidas por parte da PSML têm seguido a linha de orientação que foi estabelecida em 2006. As metas que pretendem alcançar estão em constante mutação, pois apesar de vários objectivos já terem sido conquistados, não significa que o trabalho esteja terminado. O intuito de melhor acolher os visitantes nunca estará cumprido, porque perante a inconstante linha de procura, a oferta deve ser variada e capaz de chegar aos diferentes tipos de consumidor.

Deve pois salientar-se, que o trabalho desenvolvido aponta para a continuação do crescimento das visitas, assegurando assim que os projectos de restauro, as iniciativas organizadas e os novos pólos de interesse associados aos monumentos e parques vão de encontro às necessidades do público que os frequenta.

Analisando o gráfico 12, é possível concluir que, à excepção do ano de 2003, o número de visitas tem vindo a crescer. Entre 2006 e 2007, como referido anteriormente, registou-se uma variação positiva na ordem dos 20%, que se traduziu num acréscimo de 120.000 entradas nos parques. Se nos anos anteriores, a tendência crescente oscilava entre os 4% e 8%, nos anos mais recentes, o número de visitas aponta para um aumento na casa dos dois dígitos percentuais variando entre os 11% e os 20%.

Gráfico 12 – Evolução das Visitas



Fonte: Parques de Sintra – Monte da Lua, SA

Entre 2002 e 2009 e, tendo em consideração que os valores do último ano apenas estão referenciados até ao mês de Abril, as visitas evoluíram 46,54%, passando de 608.090 para 891.104 respectivamente.

Os programas de marketing e promoção dos parques de Sintra estão em constante desenvolvimento e modificações, a fim de manter o visitante actualizado. Desta forma, entre o ano transacto e 2010 foram desenvolvidos novos slogans para os vários parques, sob a forma de mapas e postais que podem ser acedidos e encaminhados a partir do site parquesdesintra.pt.

Figura 5 - Postais desenvolvidos pela PSML



Fonte: Parques de Sintra – Monte da Lua, SA

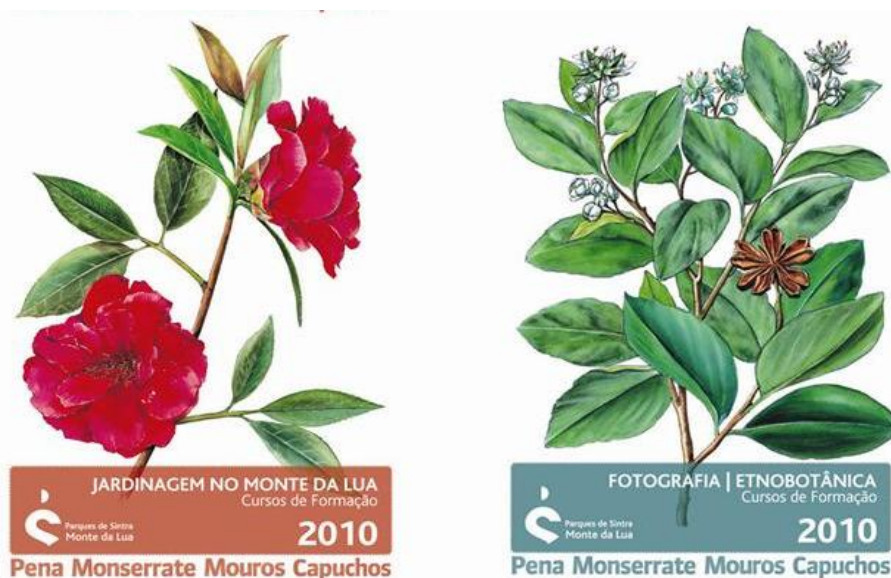
Este tipo de promoção pretende aliciar para um fim-de-semana diferente longe das tarefas rotineiras. É também uma forma de dar a conhecer as novidades relativas aos parques, como por exemplo, o novo transporte público que, desde Janeiro de 2010, liga o Parque e Palácio de Monserrate ao Centro Histórico da Vila de Sintra, com paragens na estação de comboios de Sintra, no Palácio Nacional de Sintra, na Quinta da Regaleira e no Palácio de Seteais. Este transporte possibilita um início de visita mais tranquilo, visto que deixa de existir o eterno problema de estacionamento (PSML, 2010).

Os postais associam-se aos mapas que promovem as actividades nos espaços, estando assim agregada toda a oferta existente para os vários tipos de visitante. Para além dos programas que podem ser realizados em todos os parques (as visitas guiadas, escolas e tempos livres, em família ou seniores), em 2009 renovou-se a possibilidade de praticar jardinagem em Monserrate disponibilizando, para além de workshops, diversos cursos que permitem aceder a conteúdos e técnicas mais avançadas. Para promover contínuas participações, é garantido um desconto na inscrição de um segundo ou terceiro workshop/cursos, de 5% e 10% respectivamente.

Já no presente ano, a jardinagem continua a ser uma temática a promover, surgindo com nova roupagem (figura 6) e denominando-se “Jardinagem no Monte da Lua”, com cursos de formação ao longo do ano, como por exemplo: “O Projecto e o Design de Jardim” que permite desenvolver o planeamento de espaços verdes com as técnicas e materiais disponíveis no mercado; “*Systematic botany*” que trata a taxonomia, classificação e evolução das plantas; e “Plantar um Jardim de Vasos”, que elucida sobre os tipos de vasos a utilizar e como escolher as plantas correctas.

Para além desta acção, e adicionando as restantes actividades, como os jogos com pistas, que possibilitam ir desvendando a história dos locais, as peças de teatro e as palestras, teve início em 2010 o curso de formação “Fotografia e Etnobotânica” (figura 6), que, com o tema “Flora e Arte”, permite conhecer a simbologia das plantas nas várias civilizações e qual o seu uso. Com a “Oficina de Primavera” abordam-se as várias vertentes do uso das máquinas fotográficas no que respeita, entre outras matérias, à exposição à luz, à macro fotografia e edição de fotografias (PSML, 2010).

Figura 6 – Cursos desenvolvidos nos parques



Fonte: Parques de Sintra – Monte da Lua, SA

Constata-se que o objectivo de viver das receitas geradas tem sido alcançado pela PSML ao longo dos anos estudados. Para isso, contribuíram várias alterações no modelo de gestão, que permitiram a concepção de programas aliantes e capazes de captar a

atenção do visitante. Ressalta-se a importância da UNESCO, que, com as suas observações e requisitos, contribuiu para a existência de um novo plano de gestão, capaz de suprir as falhas do plano de acção 2004 – 2009 elaborado pela CMS. O novo plano em muito tem contribuído para as acções desenvolvidas pela empresa, pois é com base nas suas intervenções que, para além de se operar uma melhoria na área classificada e de aumentar o número de visitas, se pretende ainda que, no fim de um passeio pelos parques de Sintra, se sinta de imediato a vontade de voltar.

CONCLUSÃO

O objectivo desta dissertação foi aferir o desenvolvimento do turismo na PCS, analisando para isso toda a envolvente associada a esta área, nomeadamente o concelho de Sintra, as avaliações da UNESCO ao longo dos anos e a contribuição da empresa PSML.

Compreende-se que, no panorama português, o turismo é um sector em crescimento visto que a entrada de turistas estrangeiros aumentou a partir de 2005, atingindo aproximadamente os 12 milhões em 2007 (gráfico 2). Estes valores, como referido no primeiro capítulo, originam um impacto positivo na economia portuguesa, ao nível do PIB e da criação de emprego.

Atendendo a que Sintra está intimamente relacionada com o turismo cultural, observou-se que, na última década, o crescimento mundial desta vertente ascendeu a 15%/ano, estimando-se que, na Europa, o mercado de viagens de *touring* venha a ter um aumento contínuo entre os 5% e 7%/ano (gráfico 3).

Quando pensamos em património, imediatamente nos situamos no domínio da cultura. No âmbito do turismo, estas duas dimensões conseguem em muito contribuir, não só para um crescimento económico, associado ao aumento de entradas e dormidas, como também se podem conjugar com vista à concretização de acções que valorizem e dinamizem o património afecto à prática de turismo cultural. Deve tentar-se que os monumentos sejam considerados como fazendo parte do quotidiano da vila, aldeia ou cidade. O “antigo” não é necessariamente “velho”, se conseguirmos integrá-lo com a população residente, visitantes e empresas.

Pela beleza única, onde imperam parques, jardins, palácios e castelos, a 6 de Dezembro de 1995, a UNESCO integrou Sintra na Lista de Património Mundial na categoria de Paisagem Cultural. A PCS foi o primeiro Património Mundial a ser contemplado com esta denominação.

Ao longo dos anos a UNESCO caracteriza a inclusão das paisagens culturais como uma forma de unir a população, organismos e empresas na constante tarefa de gerir e conservar os locais. O sentido da identidade e singularidade do património facilita que os intervenientes se relacionem directamente com o ambiente natural e cultural que os rodeia, sem esquecer o contexto global em que estão inseridos: “*World Heritage sites*

are cornerstones of national and international conservation strategies. World Heritage cultural landscapes have provided a new interpretation of the 'combined works of nature and man' in the World Heritage Convention" (Rössler, 2006, pp.350).

Mas o símbolo da UNESCO introduz responsabilidades acrescidas sendo necessárias explicações para as falhas apresentadas nos relatórios elaborados em conjunto pelo ICOMOS e pelo IUCN, bem como soluções para as mesmas. E se, até 2001, os programas de gestão e conservação eram escassos, a imposição da criação de um plano, deveria colmatar os erros evidenciados pela falta de conservação e restauro. Porém, e apesar do mérito da implementação do plano elaborado pela CMS, este não passava de um conjunto de acções que não invalidaram um novo requisito da UNESCO visando a criação de um plano de gestão a ser posto em prática entre 2010 e 2014.

Este novo plano será executado pela PSML que em 2007 foi considerada como a entidade gestora, o que conduziu a uma relação directa com a UNESCO, agilizando todo o processo de gestão e permitindo que as exigências feitas por aquele organismo obtenham respostas mais rápidas e assertivas.

Conclui-se assim, que o plano de gestão inicialmente requerido pela UNESCO tardou a ser executado e pouco contribuiu para o desenvolvimento do turismo em Sintra. Por essas razões, e apesar da sociedade anónima PSML estar a conseguir alcançar os vários objectivos a que se propôs, mediante acções de conservação e melhoramento dos espaços e de desenvolvimento de programas específicos para os diferentes tipos de visitante, interessará continuar a acompanhar as deliberações da UNESCO perante o novo modelo de gestão delineado, bem como aferir do seu impacto ainda difícil de prever no aumento do turismo.

Contudo, importa referir que uma das dificuldades sentidas na condução deste estudo foi a falta de disponibilidade de informações mais actuais. Ter acesso ao relatório e contas de 2009 da PSML e a documentos mais recentes da UNESCO seria de todo o interesse para a análise desenvolvida. Estes constrangimentos são sentidos, em particular, no que respeita à UNESCO pois, após a avaliação feita em 2008, cujo texto foi reportado no estudo, sabe-se que Sintra foi objecto de nova visita por parte daquele organismo já em 2010. O conhecimento do parecer resultante desta última visita teria, com certeza, toda a pertinência pelo que, a sua ausência, se revela como um factor limitativo do trabalho efectuado.

Dada a localização geográfica, a ambiência cultural e a diversidade paisagística de Sintra, a aposta na expansão turística deve conjugar estas características no sentido de abranger um leque mais vasto da população visitante.

Se o excursionismo é comumente associado à multidão, ao trânsito e à confusão, por outro lado, um local romântico e com o charme de Sintra, tem todo o potencial para atrair o turista de classe média-alta, com capacidade financeira para adquirir pacotes onde impere o requinte.

Com o fim de promover a fixação dos visitantes, recomenda-se um esforço de união entre a CMS e a PSML. Apesar de já existirem passes com acesso a quatro parques, e da hotelaria estar a ser publicitada pelo *site* sintrainn.net, estas duas iniciativas deveriam complementar-se com a criação de programas atractivos que incluíssem o acesso às actividades dos parques e monumentos aliados a promoções que tornem aliciente pernoitar na vila, por mais de uma noite.

Sintra, que embora tão próxima da agitação da capital, nos consegue transportar para um universo mágico, tem no turismo cultural o seu maior expoente podendo corresponder ao crescente interesse turístico pela história, arte e natureza.

A história, o património, a ruralidade, a serra, a proximidade da grande urbe, das zonas de jogo e das praias, são condições que devem ser pensadas de forma a que, a heterogeneidade do local possa ser promovida de uma maneira mais global e abrangendo uma multiplicidade de interesses dirigida aos diversos estratos de visitantes.

Nessa perspectiva, futuros estudos sobre o turismo em Sintra, poderão recair sobre o desenvolvimento de possíveis articulações entre todos os interessados no seu crescimento, tendo em conta que uma alavancagem de ofertas deverá encontrar respostas dirigidas a um público diferenciado ao nível cultural, sócio-económico, etário, entre outras particularidades.

BIBLIOGRAFIA

Almeida, Álvaro e Belo, Duarte (2007) Vol. VII Lisboa, *Portugal Património*. Rio de Mouro: Círculo de Leitores, pp. 11-12

Assembleia da República (2001) *Lei n.º 107/2001, de 08 de Setembro*. Disponível em http://dgarq.gov.pt/files/2008/10/107_2001.pdf, acessado em 11 de Junho de 2010

Beni, Mário (2002) *Análise Estrutural do Turismo*. S. Paulo: Senac, pp. 18

Cavaco, Carminda (2003) Permanências e mudanças nas práticas e nos espaços turísticos, *TERN: Turismo em Espaços Rurais e Naturais*. Coimbra: Instituto Politécnico de Coimbra

Choay, Françoise (2006) *A Alegoria do Património*. São Paulo: Editora Unesp, pp. 15

Council of Europe (2005) *Convention on the Value of Cultural Heritage for Society*. Disponível em <http://conventions.coe.int/Treaty/EN/Treaties/Html/199.htm>, acessado a 08 de Outubro de 2010

Cunha, Licínio (2001) *Introdução ao Turismo*. Lisboa: Verbo, pp.18

Fundação CulturSintra (sd) *Quinta da Regaleira: A Fundação*. Disponível em <http://www.regaleira.pt/Regaleira.aspx?aid=100000>, acessado em 03 de Outubro de 2010

Goeldner, Charles e McIntosh, Robert W (1990) *Turismo: princípios, práticas e filosofias*. Porto Alegre: Bookman, pp. 23;191

ICNB *Porque foi classificado*. Disponível em <http://portal.icnb.pt/ICNPportal/vPT2007-AP-SintraCascais/O+Parque/Porque+foi+classificado/>, acessado em 15 de Setembro de 2010

ICOMOS (1976) *Charter of Cultural Tourism*. Disponível em http://www.icomos.org/tourism/tourism_charter.html, acessado a 27 de Maio de 2010

ICOMOS (1995) *World Heritage List – Sintra*. Disponível em http://whc.unesco.org/archive/advisory_body_evaluation/723.pdf, acessado a 20 de Julho de 2010

IGESPAR (2007) *Enquadramento Legal*. Disponível em <http://www.igespar.pt/pt/about/enquadramentolegal/>, acessado a 09 de Outubro de 2010

INE (2001) *Anuário Estatístico da Região Lisboa e Vale do Tejo*. Lisboa: INE, pp. 107-110

INE (2003) *Anuário Estatístico da Região de Lisboa*. Lisboa: INE, pp. 96-99

INE (2004) *Anuário Estatístico da Região Lisboa*. Lisboa: INE, pp. 215-219

INE (2006) *Anuário Estatístico da Região Lisboa*. Lisboa: INE, pp. 229-233

INE (2008) *Anuário Estatístico da Região Lisboa*. Lisboa: INE, pp. 233-237

McKercher, Bob e **Cros**, Hilary du (2002) *Cultural Tourism: The Partnership between Tourism and Cultural Heritage Management*. New York: The Haworth Press

Mendes, J. Amado (2009) *Estudos do Património. Museus e Educação*. Coimbra: Artipol, pp. 9-11

Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território (2000) *Decreto-Lei n.º 215/2000, de 02 de Setembro*. Disponível em <http://dre.pt/pdf1sdip/2000/09/203A00/46634667.pdf>, acessado a 16 de Agosto de 2010

Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional (2007) *Decreto-Lei n.º 292/2007, de 21 de Agosto*. Disponível em <http://dre.pt/pdf1sdip/2007/08/16000/0551005513.pdf>, acessado a 09 de Outubro de 2010

Ministério do Comércio e Turismo (1993) *Decreto-Lei n.º 302/93, de 31 de Agosto*. Disponível em <http://dre.pt/pdf1sdip/1993/08/204A00/45994599.pdf>, acessado a 20 de Agosto de 2010

Ministério da Cultura (2007) *Decreto-Lei n.º 97/2007, de 29 de Março*. Disponível em <http://dre.pt/pdf1sdip/2007/03/06300/19281932.pdf>, acessado a 09 de Outubro de 2010

Ministério da Cultura (2009) *Decreto-Lei n.º 309/2009, de 23 de Outubro*. Disponível em http://www.igespar.pt/media/uploads/legislacao/DL309_2009.pdf, acessado a 23 de Setembro de 2010

Ministério da Cultura (2010) *Aviso n.º 15169/2010*. Disponível em <http://dre.pt/pdf2sdip/2010/07/147000000/4094940949.pdf>, acessado a 23 de Setembro de 2010

Ministério da Economia e da Inovação (2008) *Decreto-Lei n.º 39/2008, de 07 de Março*. Disponível em <http://www.dre.pt/pdf1sdip/2008/03/04800/0144001456.PDF>, acessado a 10 de Setembro de 2010

Ministério da Economia e da Inovação (2009) *Decreto-Lei n.º 228/2009, de 14 de Setembro*. Disponível em http://portal.icnb.pt/NR/rdonlyres/DF6F0AE4-DBAB-43FF-8CF5-52D337607AEE/0/DL_228_09.pdf, acessado a 10 de Setembro de 2010

OMT (2000) *Conference 11-13 December 2000*. Disponível em <http://pub.unwto.org/WebRoot/Store/Shops/Infoshop/Products/1240/1240-1.pdf>, acessado em 03 de Junho de 2010, pp.4

OMT (2010) *International Tourism on Track for a Rebound after an Exceptionally Challenging 2009*. Disponível em http://www.unwto.org/media/news/en/press_det.php?id=5361, acessado em 20 de Maio de 2010.

OMT (2004) *Seminar 7-9 June 2004*. Disponível em <http://pub.unwto.org/WebRoot/Store/Shops/Infoshop/Products/1391/1391-1.pdf>, acessido a 10 de Outubro de 2010, pp. 3

Parques de Sintra – Monte da Lua, SA (2006) *Relatório e Contas*. Sintra: Parques de Sintra – Monte da Lua, SA

Parques de Sintra – Monte da Lua SA (2007): *Relatório e Contas*. Sintra: Parques de Sintra – Monte da Lua, SA, pp. 8-15

Parques de Sintra – Monte da Lua SA (2008): *Relatório e Contas*. Sintra: Parques de Sintra – Monte da Lua, SA, pp. 10-23

Parques de Sintra – Monte da Lua SA (2010) *Agenda*. Disponível em <http://www.parquesdesintra.pt/?p=agendaIndex>, acessido a 15 de Outubro de 2010

Parques de Sintra – Monte da Lua SA (2010) *Monserrate já dispõe de transporte público!* Disponível em <http://www.parquesdesintra.pt/?p=newsDetail&NewsId=122>, acessido a 15 de Outubro de 2010

Parques de Sintra – Monte da Lua SA (2010) *State of Conservation Report – 1st February 2010*. Sintra: Parques de Sintra – Monte da Lua SA, pp. 3- 5

Público, Jornal (2008) *Bicicletas eléctricas facilitam visitas aos parques de Sintra*. Disponível em http://www.ecoblogue.net/index.php?option=com_content&task=view&id=1098&Itemid=43, acessido a 13 de Outubro de 2010

Publituris (2010) *Sintra dá descontos no Dia Mundial do Turismo*. Disponível em <http://www.publituris.pt/2010/09/24/sintra-da-descontos-no-dia-mundial-do-turismo/>, acessido em 05 de Outubro de 2010

Ribeiro, José Cardim (1998) *Sintra Património da Humanidade*. Sintra: Câmara Municipal, pp. 24-29

Rössler, Mechthild (2006) World Heritage Cultural Landscapes: A UNESCO Flagship Programme 1992 – 2006. *Landscape Research*, Vol. 31, Nº 4, pp. 333-353

Silva, Elsa (2006) *Património e Identidade. Os desafios do Turismo Cultural*. Lisboa: Universidade Técnica

Sintra, Câmara Municipal (sd) *Newsletter*. Disponível em <http://www.cm-sintra.pt/NewsletterRegisto.aspx>, acessido a 03 de Outubro de 2010

Sintra, Câmara Municipal (2001) *Censos 2001*. Disponível em <http://www.cm-sintra.pt/Artigo.aspx?ID=2269>, acessido em 08 de Abril de 2010

Sintra, Câmara Municipal (2006) *Prestação Contas_Relatório 2006: Execução GOP*. Disponível em <http://www.cm-sintra.pt/Artigo.aspx?ID=4455>, acessido em 14 de Abril de 2010

Sintra, Câmara Municipal (2007) *Prestação Contas_Relatório 2007: Execução GOP*. Disponível em <http://www.cm-sintra.pt/Artigo.aspx?ID=4455>, acessado em 14 de Abril de 2010

Sintra, Câmara Municipal (2008) *Prestação Contas_Relatório 2008: Execução GOP*. Disponível em <http://www.cm-sintra.pt/Artigo.aspx?ID=4455>, acessado em 14 de Abril de 2010

Sintra, Câmara Municipal (2004) *Itinerários Românticos*. Disponível em <http://www.sintraromantica.net/index.php/pt/itinerarios>, acessado a 03 de Outubro de 2010

Sintra, Câmara Municipal (2009) *Mapas Previsionais 2009: GOP*. Disponível em <http://www.cm-sintra.pt/Artigo.aspx?ID=4455>, acessado em 14 de Abril de 2010

Sintra, Câmara Municipal (2010) *Mapas Previsionais 2010: GOP*. Disponível em <http://www.cm-sintra.pt/Artigo.aspx?ID=4620>, acessado em 14 de Abril de 2010

Sintra, Câmara Municipal (2005) *Paisagem Cultural de Sintra, Plano de Gestão*. Disponível em <http://www.cm-sintra.pt/pgcdr/pg/1.html>, acessado a 19 de Agosto de 2010

Sintra, Câmara Municipal (1992) *Plano de Desenvolvimento Turístico*. Sintra: Câmara Municipal, pp.36

Sintra, Câmara Municipal (2004) *Programa de Promoção Turística e Cultural*. Disponível em <http://www.cm-sintra.pt/Anexo/634049573926522500Sintra%20Investe%20no%20Romantismo.pdf>, acessado a 03 de Outubro de 2010

Sintra, Câmara Municipal (1998) *Sintra e a sua História*. Disponível em <http://www.cm-sintra.pt/Artigo.aspx?ID=3383>, acessado em 21 de Julho de 2010

Sintra, Capital do Romantismo (2004) *Figuras Românticas*. Disponível em <http://www.sintraromantica.net/index.php/pt/historia/42/43-figuras-romanticas>, acessado a 03 de Outubro de 2010

Sintra, Capital do Romantismo (2010) “*Sintra, Capital do Romantismo*” *vence Festival Internacional de Filmes do Turismo*. Disponível em <http://www.sintraromantica.net/index.php/pt/noticias/301-sintra-capital-do-romantismo-vence-festival-internacional-de-filmes-de-turismo>, acessado a 03 de Outubro de 2010

Turismo de Portugal (2006) *PENT: Touring Cultural e Paisagístico*. Lisboa: Turismo de Portugal, pp.14

UNESCO (2001) *24COM VIII.iii.35-43 - State of conservation reports of cultural properties which the Committee noted*. Paris: UNESCO, pp.132

UNESCO (2002) *Budapest Declaration on World Heritage*. Disponível em <http://whc.unesco.org/en/decisions/1217/>, acessado a 20 de Agosto de 2010

UNESCO (2002) *Decision 26 COM 21B.66.* Disponível em <http://whc.unesco.org/en/decisions/908>, acessado a 21 de Agosto de 2010

UNESCO (2003) *Decision 27 COM 7B.72.* Disponível em <http://whc.unesco.org/en/decisions/655>, acessado a 21 de Agosto de 2010

UNESCO (2004) *Decision 28 COM 15B.77.* Disponível em <http://whc.unesco.org/en/decisions/249>, acessado a 21 de Agosto de 2010

UNESCO (2006) *Decision 30 COM 7B.89.* Disponível em <http://whc.unesco.org/en/decisions/1176>, acessado a 23 de Agosto de 2010

UNESCO (2008) *Decision 33 COM 7B.116.* Disponível em <http://whc.unesco.org/en/decisions/1908>, acessado a 23 de Agosto de 2010

UNESCO (1989): *Draft Medium Term Plan (1990-1995)*. Paris: UNESCO, pp.57

UNESCO (2008) *Guidelines on the Inscription of Specific Types of Properties on The World Heritage List*. Disponível em <http://whc.unesco.org/archive/opguide08-en.pdf#annex3>, acessado a 20 de Julho de 2010

UNESCO (1996) *Operational Guidelines for the Implementation of the World Heritage Convention*. Disponível em <http://whc.unesco.org/archive/opguide96.pdf>, acessado a 26 de Setembro de 2010

UNESCO (2002) *Operational Guidelines for the Implementation of the World Heritage Convention*. Disponível em <http://whc.unesco.org/archive/opguide02.pdf>, acessado a 26 de Setembro de 2010

UNESCO (2008) *Orientações Técnicas para a Aplicação da Convenção do Património Mundial*. Disponível em <http://whc.unesco.org/archive/opguide08-pt.pdf>, acessado a 28 de Junho de 2010, pp.12-100

UNESCO (2005) *The Criteria for Selection*. Disponível em <http://whc.unesco.org/en/criteria/>, acessado a 25 de Julho de 2010

UNESCO (2010) *Total number of properties inscribed per year (cumulative)*. Disponível em <http://whc.unesco.org/en/list/stat#s6>, acessado a 27 de Setembro de 2010

ANEXOS

Anexo 1 – Entrada de Turistas Estrangeiros (em milhares)

País de Residência	2004	2005	2006	2007	Variação
Alemanha	1.047	1.075	1.191	1.212	15,71%
Bélgica	184	182	254	281	52,83%
Espanha	2.514	2.370	2.497	2.661	5,84%
Estados Unidos da América	151	171	204	245	61,49%
França	1.598	1.560	1.501	1.859	16,35%
Irlanda	174	245	267	314	80,59%
Itália	350	341	384	402	14,62%
Países Baixos (Holanda)	470	478	515	526	12,00%
Reino Unido	2.052	2.089	2.254	2.326	13,39%
Suíça	411	418	417	537	30,48%
Outros	1.688	1.683	1.798	1.960	16,10%
Total	10.639	10.612	11.282	12.321	15,81%

Fonte: INE

Anexo 2 – Convenção para a Protecção do Património Mundial, Cultural e Natural

A Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura, reunida em Paris de 17 de Outubro a 21 de Novembro de 1972, na sua décima sétima sessão:

Constatando que o património cultural e o património natural estão cada vez mais ameaçados de destruição, não apenas pelas causas tradicionais de degradação, mas também pela evolução da vida social e económica que as agrava através e fenómenos de alteração ou de destruição ainda mais importantes;

Considerando que a degradação ou o desaparecimento de um bem do património cultural e natural constitui um empobrecimento efectivo do património de todos os povos do mundo;

Considerando que a protecção de tal património à escala nacional é a maior parte das vezes insuficiente devido à vastidão dos meios que são necessários para o efeito e da insuficiência de recursos económicos, científicos e técnicos do país no território do qual se encontra o bem a salvar;

Relembrando que o Acto Constitutivo da Organização prevê a ajuda à conservação, progresso e difusão do saber, promovendo a conservação e protecção do património universal e recomendando aos povos interessados convenções internacionais concluídas para tal efeito;

Considerando que as convenções, recomendações e resoluções internacionais existentes no interesse dos bens culturais e naturais demonstram a importância que constitui, para todos os povos do mundo, a salvaguarda de tais bens, únicos e insubstituíveis, qualquer que seja o povo a que pertençam;

Considerando que determinados bens do património cultural e natural se revestem de excepcional interesse que necessita a sua preservação como elementos do património mundial da humanidade no seu todo;

Considerando que, perante a extensão e a gravidade dos novos perigos que os ameaçam, incumbe à colectividade internacional, no seu todo, participar na protecção do património cultural e natural, de valor universal excepcional, mediante a concessão de uma assistência colectiva que sem se substituir à acção do Estado interessado a complete de forma eficaz;

Considerando que se torna indispensável a adopção, para tal efeito, de novas disposições convencionais que estabeleçam um sistema eficaz de protecção colectiva do património cultural e natural de valor universal excepcional, organizado de modo permanente e segundo métodos científicos e modernos;

Após ter decidido aquando da sua décima sexta sessão que tal questão seria objecto de uma convenção internacional;

Adopta no presente dia 16 de Novembro de 1972 a presente Convenção.

I - Definições do património cultural e natural

ARTIGO 1.º

Para fins da presente Convenção serão considerados como património cultural:

Os monumentos. – Obras arquitectónicas, de escultura ou de pintura monumentais, elementos de estruturas de carácter arqueológico, inscrições, grutas e grupos de elementos com valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência;

Os conjuntos. – Grupos de construções isoladas ou reunidos que, em virtude da sua arquitectura, unidade ou integração na paisagem têm valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência;

Os locais de interesse. – Obras do homem, ou obras conjugadas do homem e da natureza, e as zonas, incluindo os locais de interesse arqueológico, com um valor universal excepcional do ponto de vista histórico, estético, etnológico ou antropológico.

ARTIGO 2.º

Para fins da presente Convenção serão considerados como património natural:

Os monumentos naturais constituídos por formações físicas e biológicas ou por grupos de tais formações com valor universal excepcional do ponto de vista estético ou científico;

As formações geológicas e fisiográficas e as zonas estritamente delimitadas que constituem *habitat* de espécies animais e vegetais ameaçadas, com valor universal excepcional do ponto de vista da ciência ou da conservação;

Os locais de interesse naturais ou zonas naturais estritamente delimitadas, com valor universal excepcional do ponto de vista a ciência, conservação ou beleza natural.

ARTIGO 3.º

Competirá a cada Estado parte na presente Convenção identificar e delimitar os diferentes bens situados no seu território referidos nos artigos 1 e 2 acima.

II - Protecção nacional e protecção internacional do património cultural e natural

ARTIGO 4.º

Cada um dos Estados parte na presente Convenção deverá reconhecer que a obrigação de assegurar a identificação, protecção, conservação, valorização e transmissão às gerações futuras do património cultural e natural referido nos artigos 1.º e 2.º e situado no seu território constitui obrigação primordial. Para tal, deverá esforçar-se, quer por esforço próprio, utilizando no máximo os seus recursos disponíveis, quer, se necessário, mediante a assistência e a cooperação internacionais de que possa beneficiar, nomeadamente no plano financeiro, artístico, científico e técnico.

ARTIGO 5.º

Com o fim de assegurar uma protecção e conservação tão eficazes e uma valorização tão activa quanto possível do património cultural e natural situado no seu território e nas condições apropriadas a cada país, os Estados parte na presente Convenção esforçar-se-ão na medida do possível por:

- a) Adoptar uma política geral que vise determinar uma função ao património cultural e natural na vida colectiva e integrar a protecção do referido património nos programas de planificação geral;
- b) Instituir no seu território, caso não existam, um ou mais serviços de protecção, conservação e valorização do património cultural e natural, com pessoal apropriado, e dispor dos meios que lhe permitam cumprir as tarefas que lhe sejam atribuídas;
- c) Desenvolver os estudos e as pesquisas científicas e técnicas e aperfeiçoar os métodos de intervenção que permitem a um Estado enfrentar os perigos que ameaçam o seu património cultural e natural;

- d) Tomar as medidas jurídicas, científicas, técnicas, administrativas e financeiras adequadas para a identificação, protecção, conservação, valorização e restauro do referido património; e
- e) Favorecer a criação ou o desenvolvimento de centros nacionais ou regionais de formação nos domínios da protecção, conservação e valorização do património cultural e natural e encorajar a pesquisa científica neste domínio.

ARTIGO 6.º

1 – Com pleno respeito pela soberania dos Estados no território dos quais está situado o património cultural e natural referido nos artigos 1.º e 2.º, e sem prejuízo dos direitos reais previstos na legislação nacional sobre o referido património, os Estados parte na presente Convenção reconhecem que o referido património constitui um património universal para a protecção do qual a comunidade internacional no seu todo tem o dever de cooperar.

2 – Em consequência, os Estados parte comprometem-se, em conformidade com as disposições da presente Convenção, a contribuir para a identificação, protecção, conservação e valorização do património cultural e natural referido nos parágrafos 2 e 4 do artigo 11.º se o Estado no território do qual tal património se encontra o solicitar.

3 – Cada um dos Estados parte na presente Convenção compromete-se a não tomar deliberadamente qualquer medida susceptível de danificar directa ou indirectamente o património cultural e natural referido nos artigos 1.º e 2.º situado no território de outros Estados parte na presente Convenção.

ARTIGO 7.º

Para fins da presente Convenção, deverá entender-se por protecção internacional do património mundial, cultural e natural a criação de um sistema de cooperação e de assistência internacionais que vise auxiliar os Estados parte na Convenção nos esforços que dispendem para preservar e identificar o referido património.

Anexo 3 – Mapa das Freguesias do Concelho de Sintra



Fonte: Câmara Municipal de Sintra

Anexo 4 – Freguesias de Sintra (Km2 e população)

	Área (Km2)	Habitantes
Sintra	317	445.872*
Freguesias:		
- São João das Lampas	57,29	9.665
- Terrugem	23,31	4.617
- Montelavar	11,44	36
- Pêro Pinheiro	16,06	4.712
- Almargem do Bispo	37,42	8.417
- Colares	33,07	7.472
- São Martinho	24,28	5.907
- Santa Maria e São Miguel	11,53	4.274
- Algueirão - Mem Martins	16,37	62.557
- São Pedro de Penaferrim	26,46	10.449
- Rio de Mouro	16,43	46.022
- Mira-Sintra	ND	6.106
- Algalva	8	120.000*
- Cacém	8	22.271*
- São Marcos	ND	14.945
- Massamá	2,78	28.176
- Queluz	2,93	27.913
- Monte Abraão	1,89	22.041
- Belas	21,89	21.172
- Casal de Cambra	2,4	9.865

* Valores de 2008

Nota: O número de habitantes tem como base os Censos 2001

Fonte: INE, Wikipédia

Anexo 5 - Valores Fundamentais da Área Classificada

Parques e Manchas Florestais

- Parque da Pena
- Parque de Monserrate
- Manchas Florestais da Serra

Centro Histórico

- Vila Velha de Sintra

Arquitectura Áulica

- Palácio Nacional de Sintra
- Palácio da Pena
- "Chalet" da Condessa d'Edla
- Palácio de Monserrate
- Quinta da Penha Verde
- Palácio dos Ribafrias
- Palácio de Seteais
- Quinta da Regaleira
- "Chalet" Biester
- Quinta do Relógio
- Quinta dos Pisões
- Quinta do Saldanha
- Quinta da Amizade

Arquitectura Militar

- Castelo dos Mouros

Arquitectura Religiosa

- Convento Jerónimo de Nossa Senhora da Pena
- Convento da Trindade, Arrabalde
- Convento do Carmo, Eugaria
- Convento de Santa Cruz dos Capuchos
- Antiga Igreja Paroquial de S. Pedro de Canaferrim
- Igreja Paroquial de Santa Maria
- Antiga Igreja Paroquial de São Miguel
- Igreja Paroquial de São Martinho
- Igreja de Nossa Senhora da Misericórdia
- Capela do Espírito Santo, Palácio Nacional de Sintra
- Capela de Santa Catarina, Penha Verde
- Capela de São João Baptista, Penha Verde
- Capela de São Brás, Penha Verde

- Capela da Quinta do Saldanha
- Capela da Santíssima Trindade, Regaleira
- Ermida da Nossa Senhora da Piedade

Monumentos e Vestígios Arqueológicos

- Sítio Neolítico de São Pedro de Canaferrim
- Povoado Neolítico/Calcolítico da Rua das Padarias, Vila Velha de Sintra
- Povoado Calcolítico da Penha Verde
- Tholos da Bela Vista
- Povoado da Idade do Bronze do Castelo dos Mouros
- Depósito da Idade do Bronze do Monte do Sereno
- Povoado da Idade do Bronze/Ferro do Parque das Merendas
- Estação Romana da Vila de Sintra e possível Via e Necrópole Romanas da Rua da Ferraria
- Necrópole Medieval da Antiga Igreja Paroquial de São Pedro de Canaferrim
- Necrópole Medieval da Antiga Igreja Paroquial de Santa Maria
- Necrópole Medieval de Nossa Senhora de Milides

Fonte: Câmara Municipal de Sintra

Anexo 6 – Execução Orçamental

Património Histórico-Cultural			
Anos	Dotação	Pagamento	Taxa de Execução
2006	3.749.746	2.104.697	56,1%
2007	3.901.490	3.298.188	84,5%
2008	4.706.400	3.407.619	72,4%
2009*	3.889.060	ND	ND
2010*	2.613.415	ND	ND

Turismo			
Anos	Dotação	Pagamento	Taxa de Execução
2006	158.298	111.166	70,2%
2007	115.005	85.043	73,9%
2008	119.875	73.554	61,4%
2009*	98.700	ND	ND
2010*	42.230	ND	ND

* Valores Previstos

ND – Não Definido

Fonte: Câmara Municipal de Sintra

Anexo 7 - Evolução das Dormidas no concelho de Sintra por País de Residência

País de Residência	2000	2002	2004	2006	2008	2009	Variação
Portugal	33.967	42.436	53.668	67.436	87.256	93.568	175,47%
Alemanha	19.144	13.665	12.197	10.330	13.092	11.842	-38,14%
Espanha	19.578	16.819	22.758	33.536	41.697	68.901	251,93%
França	9.827	12.740	8.913	7.799	12.451	9.267	-5,70%
Itália	7.804	5.401	5.064	5.360	6.322	5.007	-35,84%
Países Baixos	4.711	4.389	3.151	3.705	4.831	5.488	16,49%
Reino Unido	28.319	30.279	20.232	22.061	24.073	11.553	-59,20%
E.U.A	18.828	14.913	11.854	18.811	11.995	10.485	-44,31%

Fonte: INE e Câmara Municipal de Sintra

Anexo 8 – Alojamento em Sintra, 2010

Capacidade de Alojamento I - Alojamento Tradicional

TIPO DE ALOJAMENTO	Nº de QUARTOS	N.º de CAMAS (capacidade)
HOTÉIS		
<i>Hotéis 5*****/ Pousada</i>		
Hotel Tivoli Palácio de Seteais	30	60
Lawrence's Hotel	16	30
Penha Longa Hotel Golf & Resort	194	390
Pousada D. Maria I	26	52
Total Hoteis 5***** + Pousada	266	532
<i>Hotéis 4****</i>		
Hotel Tivoli Sintra	77	153
Hotel Pestana Sintra Golf	137	274
Total Hoteis 4****	214	427
<i>Hotéis 3***</i>		
Hotel Arribas	59	133
Total Hoteis 3***	59	133
<i>Hotéis 2**</i>		
Hotel Miramonte	91	182
Total Hoteis 2**	91	182
MOTÉIS		
<i>Motel 3***</i>		
Motel D'Lirius Azuis	38	76
Total Motéis	38	76
ESTALAGENS		
<i>Estalagens 4****</i>		
Estalagem de Colares	13	25
Estalagem Solar dos Mouros	8	17
Total Estalagens	21	42
PENSÕES		
<i>Pensões 2ª</i>		
Pensão Nova Sintra	10	20
Pensão Residencial Oceano	26	56
Pensão Residencial Sintra	15	30
Total Pensões 2ª	51	106
<i>Pensões 3ª</i>		
Pensão Residencial Real	12	24
Total Pensões 3ª	12	24
Pensão Económica	10	22

TOTAL Alojamento Tradicional	774	1568
-------------------------------------	------------	-------------

Capacidade de Alojamento II - TER, Alojamento Local

TIPO DE ALOJAMENTO	Nº de QUARTOS	N.º de CAMAS (capacidade)
TURISMO NO ESPAÇO RURAL		
Casa Miradouro (Turismo de Habitação)	6	12
Quinta da Fonte Nova (Turismo de Habitação)	10	20
Quinta das Sequóias (Turismo de Habitação)	5	10
Quinta de São Thiago (Turismo de Habitação)	9	18
Quinta do Rio Touro (Turismo Rural)	5	14
Quinta Verde Sintra (Turismo Rural)	5	10
Solar do Magoito (Casa de Campo)	6	12
Total TER	46	96
ALOJAMENTO LOCAL ESTABELECIMENTOS DE HOSPEDAGEM		
Casa do Valle	6	12
Casal de Santa Virgínia	7	20
Casalinho Santo António	4	8
Chalet Relógio	8	19
Cinco B&B	1	2
Isaura Oliveira	4	8
Joaquim Gomes	3	5
José Valentim Carvalho	3	6
Maria Conceição Soares	2	3
Maria Parreirinha	14	30
Monte da Lua	7	14
Nice Way Sintra Hostel	5	16
O Vitral	2	4
Piela's	5	11
Quinta das Murtas	15	36
Quinta Rio de Milho	12	24
Residencial Fiquebem	22	44
Casa Buglione	3	6
Vinha da Quinta	4	9
2 ao Quadrado - Hostel	4	9
Surfiberia	4	8
Casa da Pinheira	7	14
Villa Cinthia	5	13
Total Estabelecimentos de Hospedagem	147	321

ALOJAMENTO LOCAL MORADIAS		
António José Costa e Silva	7	14
Casa das Maçãs	4	8
Casa dos Bambús	3	6
Casa da Alameda	3	6
Joachim Steinert	5	10
Maria Amélia Franco	2	4
Maria Helena Farinha	2	4
Quinta dos Bernardos - PantoCampo S.A.	4	8
Studio - Henrique Brito do Rio	1	2
Refúgios da Boiça	2	4
Quinta da Luz	2	4
Total Moradias	35	70

Capacidade de Alojamento III - Alojamento Local e Parques Campismo

TIPO DE ALOJAMENTO	Nº de QUARTOS	N.º de CAMAS (capacidade)
ALOJAMENTO LOCAL APARTAMENTOS		
Quinta do Corvo - Bernard Weijes	4	8
Casa José Ricardo	3	6
Estefânea Sá	1	2
Fernando Prudêncio	3	6
Francisco Teixeira	1	2
Apartamentos da Tomadia	21	42
Isabel Venda	3	6
Apartamentos Sintra Sol	18	42
Maria Augusta da Luz	1	2
Quinta de Sta Maria	2	4
Total Apartamentos	57	120
TOTAL Aloj. Tradicional + TER + AL	1059	2175
PARQUES DE CAMPISMO (Nº Lugares)		
Parque de Campismo de Almornos		600
Total Parques de Campismo		600
CAPACIDADE DE ALOJAMENTO TOTAL	1059	2775

Fonte: Câmara Municipal de Sintra

**UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL
ORGANIZATION**

**CONVENTION CONCERNING THE PROTECTION OF THE WORLD
CULTURAL AND NATURAL HERITAGE**

**30th Anniversary
(1972-2002)**

**WORLD HERITAGE COMMITTEE
Twenty-sixth session
Budapest, Hungary
24 - 29 June 2002**

“26 COM 21 (b) 66 Cultural Landscape of Sintra (Portugal)

Document: WHC-02/CONF.202/17

The World Heritage Committee,

1. Takes note of the report provided by the State Party;
2. Congratulates the Portuguese authorities for the actions undertaken in view of the preservation and protection of the World Heritage site;
3. Recalls the practical steps recommended by the joint IUCN-ICOMOS mission and adopted by the Bureau at its 24th extraordinary session: creation of an independent Cultural Landscape Advisory Committee; creation of an advisory body/association of residents; the establishment of a public information, research and archives centre; and an adjustment of the high protection area of the Natural Park to coincide with the core area of the World Heritage site;
4. Urges the State Party to submit by 1 February 2003, a detailed report on these recommendations as well as a detailed management plan for the site for examination at its 27th session in June/July 2003.”

**UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL
ORGANIZATION**

**CONVENTION CONCERNING THE PROTECTION OF THE WORLD
CULTURAL AND NATURAL HERITAGE**

WORLD HERITAGE COMMITTEE

**Twenty-seventh session
Paris, UNESCO Headquarters, Room XII
30 June – 5 July 2003**

“72. Cultural Landscape of Sintra (Portugal)

New Information:

WHC:

By 20 March 2003, a state of conservation report elaborated by the Municipality of Sintra was sent to the Secretariat announcing the designation of a site manager responsible for the World Heritage site. The document states that several elements of the World Heritage site are in a serious condition: The two Parks (Pena and Monserrate) have not yet benefited from any improvement works; the Monserrate Palace and the Capuchos Covent are in a bad state of conservation, as is the “Chalet da Condessa” that had been subject to a fire after the inscription on the World Heritage List; there is no adequate planning policy taking into account the buffer zone and the transition zone of the World Heritage site; the restoration of the historic city centre of Sintra has made little progress. The document also underlines several aspects of improvement on the site as well as the debate on the projects undertaken by the Company “Parques de Sintra – Monte da Lua”. The main critical point remains the lack of a comprehensive management plan for the whole World Heritage site. It is foreseen to submit such a management plan by January 2004.

Issues: Urban Pressure; Tourism Pressure.

Draft Decision: **27 COM 7 (b) 72**

The World Heritage Committee,

1. Taking of the report on the state of conservation of the Cultural Landscape of Sintra provided by the Portuguese authorities,

2. *Notes that progress has been achieved in view of some recommendations made in 2000, including the restoration works on the Quinta da Regaleira,*
3. *Further notes that several elements of the World Heritage site are in serious condition;*
4. *Recalls its request for a detailed management plan for the site which should have been submitted by 31 December 2001,*
5. *Urges the State Party to submit the management plan by 1 February 2004 for review by the 28th session of the World Heritage Committee.*

Fonte: <http://whc.unesco.org/en/decisions/655>, acedido a 21 de Agosto de 2010

**UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL
ORGANIZATION**

**CONVENTION CONCERNING THE PROTECTION OF THE WORLD
CULTURAL AND NATURAL HERITAGE**

WORLD HERITAGE COMMITTEE

**Twenty-eighth session
Sozhou, China
28 June – 7 July 2004**

“Cultural Landscape of Sintra (Portugal)

Document : WHC-04/28.COM/15B

28 COM 15B.77 The World Heritage Committee,

1. Taking note of the first phase of the management plan as well as a study on the state of conservation of the site as well as information on the revised legislation submitted by the State Party,
2. Recalls the recommendations of the joint ICOMOS/IUCN mission and its request (25 EXT BUR III.306) that a management plan be provided by 31 December 2001;
3. Further recalls the information given by the State Party at the Committee’s 24th session, indicating that the “Monte da Lua” Agency had been created to strengthen the integrated management of the site;
4. Notes that a more efficient coordination has been put in place between the different authorities involved in the conservation and management of the property;
5. Encourages the States Party to progress with the implementation of the management plan and conservation programmes;
6. Also notes the invitation by the State Party to receive a joint UNESCO-ICOMOS reactive monitoring mission in 2005/2006;
7. Requests the State Party to provide the World Heritage Centre with a detailed report by 1 February 2005 in which the above mentioned measures are being clarified as well as a copy of the comprehensive management plan (1st and 2nd Phase), in order that the World Heritage Committee can examine the state of conservation of the property at its 29th session in 2005.”

**UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL
ORGANIZATION**

**CONVENTION CONCERNING THE PROTECTION OF THE WORLD
CULTURAL AND NATURAL HERITAGE**

WORLD HERITAGE COMMITTEE

**Thirtieth session
Vilnius, Lithuania
8-16 July 2006**

“89. Cultural Landscape of Sintra (Portugal) (C 723)

Previous monitoring missions:

Joint ICOMOS/IUCN mission November 2000; Joint World Heritage Centre/ICOMOS/IUCN mission March 2006.

Main threats identified in previous reports:

- a) Lack of management plan;
- b) Lack of overall conservation of the site, its parks and palaces;
- c) Urban development pressure.

Current conservation issues:

At the request of the Committee (**28 COM 15B.77, 29 COM 7B.81**) a joint World Heritage Centre/ICOMOS/IUCN monitoring mission was undertaken to evaluate the overall state of conservation of the site as well as of its buffer and transition zones six years after the first monitoring mission and ten years after inscription, and to assess the implementation of the management plan submitted in two parts, in 2003 (Part 1) and 2005 (Part 2). The first joint ICOMOS/IUCN mission in 2000 highlighted both the serious condition of some structures and the urgent need for a management plan that addressed conservation needs and prioritized repairs, restoration and maintenance.

The recent mission found that the overall state of conservation of the palaces and parks included in the core zone has improved considerably compared to the situation of 2000. Well-trained and committed professional staff is available for restoration works. The mission concluded that there is no severe problem of threat or loss concerning the outstanding universal value for which the property has been inscribed. The remaining problems have not changed the integrity and authenticity of the World Heritage site.

Threats nevertheless exist due to the absence of a clear management structure and of a comprehensive management plan, the significant debt of the Monte da Lua S.A., the serious urban pressure on the rural and semi-natural landscape surrounding the World Heritage core zone. The conditions of integrity of the property with reference to the values for which it was inscribed are satisfactory in the core zone.

The key monuments under the State control are in good general condition (Palacio real de Sintra, Palacio da Pena). The Palacio de Monserrate and the Convento dos Capuchos, under the Monte da Lua S.A. management, are equally well restored and maintained. The Quinta da Regaleira, property of the Municipality managed by the Cultursintra Foundation is in a particularly good condition.

In terms of natural and landscape values of the area, the protection and the management of the World Heritage property have supposedly had a positive indirect effect on the biodiversity of the region: circa 80% of the high biological values of the Natural Park are still present in the site. As the general trend for the natural values (flora and fauna) is the risk of decreasing numbers of species and the loss of habitats, the importance of a coherent overall management plan is obvious.

Critical points concerning the integrity of the core area of the property are related to: a) the existence of inappropriate pre-fabricated offices at the entrances of some sites; b) the urgent need for restoration of the Chalet of the Countess Edla; c) the absence of any assistance for private owners of high value properties (buildings and parks) to maintain their heritage (colours, volumes; species of plants etc) and ensuring that the essential elements of the properties are kept on site.

For the buffer and transition zones, the rapid urbanisation with the construction of infrastructures and houses creates a major potential threat for the next years. The interface between the core area and the buffer and transition zones could suffer crucial change, leading to a loss of the values of the property, including cultural, semi-natural and natural values.

The mission proposed a detailed agenda for elaborating the following documents that will serve as benchmarks against which to evaluate the progress of future conservation works and development in Sintra in the coming five years: Management structure; Short term action plan; Urban development strategy; Plan for site interpretation; Sintra-Cascais Natural Park management plan (2010-2014); Sintra Municipality management plan (2010-2019); Updating of the World Heritage site management plan (2010-2014).

Given the short- and mid-term planning for the above documents, approval would need to be achieved before the end of 2009. It is proposed that the follow-up of the above measures be done on a regular basis. For the preparation of the related documents, the State Party may wish to request technical advice from UNESCO and the Advisory Bodies if required.

Draft Decision: 30 COM 7B.89

The World Heritage Committee,

1. Having examined Document WHC-06/30.COM/7B,

2. *Recalling Decisions 28 COM 15B.77 and 29 COM 7B.81, adopted at its 28th (Suzhou, 2004) and 29th (Durban, 2005) sessions respectively,*
3. *Notes with satisfaction that significant work has been carried out to improve the state of conservation of the parks and palaces in the core zone of the World Heritage property and notes the efforts made by the State Party and the responsible authorities;*
4. *Requests the State Party to set up a clear management structure for the World Heritage site and to prepare an integrated comprehensive management plan, that takes into account all the relevant planning documents for the area of Sintra;*
5. *Also requests, as a first step, that the State Party ensure the preparation of a shorterterm action plan for the period of 2007-2009, defining the overall concept and measures for enhancing the World Heritage values including the buffer zones;*
6. *Encourages the State Party to seek technical support, if necessary, for the elaboration of the above requested documents;*
7. *Further requests the State Party to submit an up-dated report including the abovementioned action-plan to the World Heritage Centre by 1 February 2007 for examination by the Committee at its 31st session in 2007.*”

Fonte: <http://whc.unesco.org/en/decisions/1176>, acessado a 23 de Agosto de 2010

**UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL
ORGANIZATION**

**CONVENTION CONCERNING THE PROTECTION OF THE WORLD
CULTURAL AND NATURAL HERITAGE**

WORLD HERITAGE COMMITTEE

Thirty-third session

Seville, Spain

22-30 June 2009

“116. Cultural Landscape of Sintra (Portugal) (C 723)

Main threats identified in previous reports

- a) Lack of comprehensive management plan;
- b) Lack of conservation of parks and palaces;
- c) Rapid encroachment by urban and infrastructure development;
- d) Tourism pressure;
- e) Lack of institutional coordination.

Illustrative material

<http://whc.unesco.org/en/list/723> <http://www.parquesdesintra.pt/en/>

Current conservation issues

At its 31st session (Christchurch, 2007), the World Heritage Committee took note of the Action Plan 2007-2009 provided by the newly designated management entity Parques de Sintra-Monte da Lua (PSML), supported by all public territorial institutions concerned. It also requested the State Party to ensure the continuous political and financial support of the site management entity so as to advance the preparations and elaboration of an integrated World Heritage Site management plan for 2010-2014 and to adopt improved measures to control urban encroachment in the core and buffer zones of the World Heritage property. The joint World Heritage Centre/ICOMOS/IUCN reactive monitoring mission of 2006 had reported that the conservation of the major palaces had been considerably improved while the main threats identified continued to exist.

The State Party provided an updated report on 19 March 2009 prepared by the responsible site-managing entity of Parques de Sintra-Monte da Lua (PSML). The report recalls the structure of PSML being a public company regrouping shareholders from all responsible national institutions as well as the Municipality of Sintra in its Board. It is further recalled that the company is in charge of the major palaces and parks of the Cultural Landscape of Sintra, to which the Palace of Pena and the hotel of Seteais have recently been added, corresponding to 40% of the territory of the World Heritage property

Based on its Action Plan 2007-2009 presented to the World Heritage Committee at its 31st session (Christchurch, 2007), the responsible site-managing entity of PSML reports on a number of activities implemented over the last 2 years:

a) Legal and institutional framework

PSML has started a coherent analysis of land-use planning instruments, including an analysis of the forest management plan, in view of reviewing the boundaries of the property, delineating an urban development strategy for the World Heritage cultural landscape and its buffer and transition zones and defining their articulation with the protection requirements of the property;

b) State of conservation of the palaces and parks

PSML reports on continued conservation and restoration works carried out, which include rehabilitation of buildings in the parks, cleaning of forests and restoration of major palaces, partly funded through private grants;

c) Opening and interpretation of the parks and palaces

PSML reports on the increase in visitor numbers over the last years, about the development of site interpretation plans for visitors and additional tools being developed for improved visitor management.

While being a public company, it is noted that PSML is required to raise its own funds according to private company-principles. Mechanisms such as maximizing resources by increasing visitor numbers bear a considerable risk of over-exploiting the parks and palaces. The goal of PSML to increase visitation of its palaces and parks in the future has to be seen as potentially detrimental to their quality, and should therefore be reconsidered.

While there are commendable efforts to attract additional funding from Foundations and other sources for the rehabilitation and restoration of parks and palaces, in order to comply for example with the necessity for fire-prevention measures, it is however essential to ensure that any rehabilitation and preservation works be based on thorough scientific evidence and research.

It also needs to be underlined that the State Party report only covers activities carried out on a smaller part of the World Heritage property (40% of its territory), while no information is provided on activities and developments in the remaining part of it.

The analysis of the different territorial planning instruments carried out by PSML complements and updates the analysis done by the mission team in March 2006,

showing that there is a variety of relevant legally binding documents which are not sufficiently coordinated.

The World Heritage Centre, ICOMOS and IUCN consider that the coordination of all responsible entities continues to be deficient, bearing a continuous risk of incoherent decision-making. It is therefore suggested to set up a Steering Committee for the World Heritage property functioning as a platform for all stakeholders and as a clearing-house for World Heritage-related matters and decisions on the entire territory of the World Heritage property and its buffer-zone.

The World Heritage Centre and the Advisory Bodies further inform that the municipality of Sintra has engaged into setting up a cooperation network with other World Heritage cultural landscapes, and to that purpose hosted an international conference in September 2008.

As emphasized by the World Heritage Centre and the Advisory Bodies in their reports in 2006 and 2007, continuous political and financial commitments as well as enhanced coordination mechanisms are required to ensure the coherence of the conservation work in the different parts of this World Heritage cultural landscape. The World Heritage Centre and the Advisory Bodies are concerned about the continued lack of such coordination mechanisms, requested since the inscription of the property on the World Heritage List, representing an ongoing potential danger to the Outstanding Universal Value of the property.

Lastly, the World Heritage Centre and the Advisory Bodies have been made aware of the continued rapidly growing urban encroachment both from the Lisbon area (neighboring municipalities) and from urbanization of the coastal areas (on the territory of the Sintra municipality) with increased traffic and large-scale infrastructure. The World Heritage Centre and the Advisory Bodies express concern about their impact on the Outstanding Universal Value and the integrity of the property and recommend sending a joint World Heritage Centre/ICOMOS/IUCN reactive monitoring mission to assess the overall state of conservation of the property

Draft Decision: 33 COM 7B.116

The World Heritage Committee,

1. Having examined Document WHC-09/33.COM/7B,

2. Recalling Decisions 30 COM 7B.89 and 31 COM 7B.116, adopted at its 30th (Vilnius,2006) and 31st (Christchurch, 2007) sessions respectively, and the detailed recommendations made by the joint World Heritage Centre/ICOMOS/IUCN reactive monitoring mission of March 2006,

3. Takes note of the progress made in the implementation of the short-term Action Plan 2007-2009, in particular in the restoration and gradual opening of the palaces and parks;

4. Notes with serious concern the uninterrupted urban encroachment both on the territory of the property and its buffer zone and beyond it, as well as the pressure caused by increased visitation;
5. Expresses its concern about the continuing lack of coordination mechanisms involving all relevant stakeholders responsible for the management of the property and its buffer zone;
6. Strongly encourages the State Party to consider establishing a Steering Committee for the property in order to enhance coordination and coherent decision-making among all relevant stakeholders on the territory of the property and its buffer zone;
7. Urges the State Party to amplify its efforts, to set up a comprehensive management plan for the property clearly defining the roles of all relevant stakeholders, the conservation measures and development objectives for the property as well as the appropriate financial resources;
8. Further encourages the State Party to develop, in consultation with the World Heritage Centre and the Advisory Bodies, a draft Statement of Outstanding Universal Value for the property, as a sound basis for its management;
9. Requests the State Party to invite a joint World Heritage Centre/ICOMOS/IUCN reactive monitoring mission to the property to assess the overall state of conservation of the property;
10. Also requests the State Party to submit to the World Heritage Centre, by **1 February 2010**, a report on the state of conservation of the property, for examination by the World Heritage Committee at its 34th session in 2010.”

Fonte: <http://whc.unesco.org/en/decisions/1908>, aceso a 23 de Agosto de 2010

Anexo 16 – Visita 11-15 de Janeiro de 2010

Reactive Monitoring Mission to the World Heritage Property of the Cultural Landscape of Sintra (Portugal)

11-15 January 2010

TERMS OF REFERENCE

The objective of the joint UNESCO-ICOMOS-IUCN monitoring mission is to undertake a balanced and objective assessment of the State of Conservation of the World Heritage property of the Cultural Landscape of Sintra (Portugal), which was inscribed on the World Heritage List in 1995, as requested by the World Heritage Committee at its 33rd session (Decision **33 COM 7B.116**). In particular, the mission will assess the potential direct and cumulative impacts of the urban encroachment both on the territory of the property and its buffer zone and beyond it, as well as the pressure caused by increased visitation. The mission will further develop recommendations on actions to be undertaken by the State Party to address existing and potential threats, and improve the long-term conservation and management of the property.

The mission will:

- review the overall situation of the World Heritage property of Sintra with regard to the state of conservation of the site in its widest urban and landscape context, its integrity and authenticity, and how the current management mechanisms help to safeguard the Outstanding Universal Value of the property;
- review the implementation of the short-term Action Plan 2007-2009, in particular with regard to the restoration and gradual opening of the palaces and parks and the implementation of the recommendations of the 2006 mission as attached;
- discuss coordination mechanisms involving all relevant stakeholders responsible for the management of the property and its buffer zone;
- consider any requirements to revise the development plan of the municipality of Sintra, and to evaluate the overall development concept;
- discuss future opportunities for co-operation on conservation management and development as exchange of experience with other World Heritage sites;
- prepare a detailed report for review by the World Heritage Committee considering Operational Guidelines paragraphs 178-186 and 192-198, and submit the report to the World Heritage Centre in electronic form (not exceeding 10 pages; according to the enclosed format).

Fonte: Parques de Sintra – Monte da Lua, S.A.

Anexo 17 – Rede Municipal de Ciclovias



Fonte: Câmara Municipal de Sintra

Anexo 18 – Localização dos Parques de Sintra



Fonte: Parques de Sintra – Monte da Lua, SA

Anexo 19 - Localização das espécies botânicas – Parque da Pena



Fonte: Parques de Sintra – Monte da Lua, SA